

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

NÚMERO 130, 1º SEMESTRE DE 2022

**Brasília
2022**

COPYRIGHT © MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Zona Cívico-Administrativa
Brasília, DF, 70170-900
Site: gov.br/mre

Elaboração:

Daniela Oliveira Guerra
Letícia Rodrigues Clemente

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Coordenação-Geral de Publicações e Eventos:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho

Coordenação de Publicação e Editoração:

Fernanda Antunes Siqueira

Programação visual e diagramação:

Denivon Cordeiro de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Assessoria Especial de Comunicação social. – Ano 48, n.130 (jan./jun.2022). – Brasília : FUNAG, 2022.

70 p.

ISSN: 0101-2428

Semestral

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU: 32(05)

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, DE 14/12/2004.

Elaborada por Elizabeth Mattos – CRB-1/1415
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

SUMÁRIO

1. NOTAS À IMPRENSA.....	7
1.1. Início do mandato do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas	7
1.2. 40 anos do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR).....	7
1.3. Brasil é convidado a iniciar processo de acesso à OCDE – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, da Casa Civil e do Ministério da Economia.....	8
1.4. Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto....	10
1.5. Medida Provisória que autoriza Brasil a suspender concessões a Membros da OMC que apelem “no vazio” – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Economia e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10
1.6. Abertura de novas repartições consulares do Brasil no exterior	11
1.7. Visita do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Madri – 2 a 4 de fevereiro de 2022	12
1.8. Brasil representará as Américas em novo grupo da OMS sobre pandemias	12
1.9. Adesão do Brasil à Iniciativa Ibero-Americana para Prevenir e Eliminar a Violência contra as Mulheres	13
1.10. Enfrentamento à violência contra migrantes e refugiados – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça e Segurança Pública.....	14
1.11. Declarações a respeito da política externa brasileira	14
1.12. Brasileiros na Ucrânia.....	14
1.13. Acolhida Humanitária de Ucranianos – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça e Segurança Pública	15

1.14. Explicação de voto do Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra, Embaixador Tovar da Silva Nunes, por ocasião do “debate urgente sobre a situação dos direitos humanos na Ucrânia decorrente da agressão russa”, durante a 49ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU	16
1.15. Nova Estrutura Regimental do Itamaraty	17
1.16. Resolução da Assembleia Geral da ONU sobre a suspensão do “status” da Rússia como membro do Conselho de Direitos Humanos.....	18
1.17. Missões eleitorais de organismos internacionais ao Brasil	19
1.18. Visita ao Brasil da Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Dra. Ngozi Okonjo-Iweala	19
1.19. Diálogo de Alto Nível Brasil-EUA.....	20
1.20. Reunião de Chanceleres do BRICS	21
1.21. IX Cúpula das Américas	22
1.22. XIV Cúpula do BRICS.....	23
2. COMUNICADOS CONJUNTOS.....	25
2.1. Declaração conjunta dos presidentes da República do Suriname e da República Federativa do Brasil.....	25
2.2. Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e da República do Peru, José Pedro Castillo Terrones.....	29
2.3. Comunicado Conjunto do Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin	36
2.4. Comunicado Conjunto – Visita Oficial do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, à Hungria – 17 de fevereiro de 2022	40
2.5. Declaração conjunta dos Presidentes da República Cooperativa da Guiana e da República Federativa do Brasil.....	42

2.6. Declaração Conjunta do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos França, e do Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Francisco Bustillo	48
3. DISCURSOS	51
3.1. Declaração do Representante Permanente Embaixador Ronaldo Costa Filho no Debate do Conselho de Segurança da Nações Unidas sobre a Questão da Ucrânia, em 21 de fevereiro de 2022	51
3.2 Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Inauguração do Vice-Consulado do Brasil em Orlando (EUA), em 11 de junho de 2022.....	52
3.3. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Encontro com a comunidade brasileira em Orlando (EUA), em 11 de junho de 2022	53
3.4. Apresentação do Presidente da República, Jair Bolsonaro, sobre o sistema eleitoral brasileiro, feita ao corpo diplomático em 18 de junho de 2022	56
4. PUBLICAÇÕES EM REDES SOCIAIS	67
4.1. Posts no Instagram sobre a repatriação de brasileiros e estrangeiros que saíram da Ucrânia – março de 2022.....	67
4.2. Post no X sobre a chegada do KC-390 da Força Aérea Brasileira com ajuda humanitária para a Ucrânia – 9 de março de 2022	68
4.3 Post no X sobre a doação humanitária ao Reino de Tonga - 18 de junho de 2022	69

1. NOTAS À IMPRENSA

1.1. Início do mandato do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas

Hoje, Dia Mundial da Paz, o Brasil assume seu 11º mandato como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Formado por 15 países, o Conselho é responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais. Atualmente, o Brasil participa de sete das 12 operações de manutenção da paz da ONU.

No biênio 2022-2023, o Brasil terá como prioridades a prevenção e a solução pacífica de conflitos, a eficiência das missões de paz e das respostas humanitárias às crises internacionais, a consolidação da paz mediante ações voltadas para o desenvolvimento, o respeito aos direitos humanos e a maior participação das mulheres nas ações de promoção da paz e da segurança internacionais. O país buscará também aprimorar a articulação do Conselho com outros órgãos da ONU e com organismos regionais envolvidos na resolução de conflitos.

Nota à imprensa nº 1, publicada em 01/01/2022

1.2. 40 anos do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)

O Brasil celebra hoje quarenta anos do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Em 1982 e 1983, foi realizada a primeira Operação Antártica brasileira (OPERANTAR I), seguida do estabelecimento, em 1984, da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), reinaugurada em janeiro de 2020.

O Brasil firmou-se como ator relevante para a manutenção da paz e da segurança na Antártida e no seu entorno, bem como para a produção científica e a preservação do meio ambiente antártico. Está em curso a 40ª Operação

Antártica brasileira (OPERANTAR XL), que dá continuidade ao engajamento do Brasil no Continente.

O Brasil integra restrito grupo de 29 países com status de Parte Consultiva do Tratado da Antártida, que regula as atividades da comunidade internacional no Continente.

O Ministério de Relações Exteriores segue comprometido com o fortalecimento do Sistema do Tratado Antártico (STA) e colabora, no escopo de suas atribuições, para o continuado êxito do Programa Antártico Brasileiro. No contexto das comemorações dos quarenta anos do PROANTAR, o Itamaraty, com o apoio da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), promoveu, em novembro de 2021, o seminário “O Brasil na Antártica: Balanço de quatro décadas”.

Nota à imprensa nº 2, publicada em 12/01/2022

1.3. Brasil é convidado a iniciar processo de acesso à OCDE – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, da Casa Civil e do Ministério da Economia

O governo brasileiro recebeu nesta terça-feira (25) a notícia de que os 38 membros do Conselho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) decidiram, por unanimidade, convidar o Brasil a dar início ao processo formal de ingresso na organização, que reúne as economias mais avançadas do mundo. A acesso brasileiro, como parte da ampliação da OCDE, fortalecerá ainda mais a Organização, crescentemente importante na governança econômica global.

O Brasil está em plena consonância com os valores fundamentais da OCDE, expressos na Declaração sobre a Nova Visão do Sexagésimo Aniversário da OCDE e na Declaração Ministerial do Conselho de 2021, tais como a defesa dos princípios de livre mercado, o fortalecimento da democracia, a modernização econômica e a proteção do meio ambiente e dos direitos humanos.

O convite feito ao Brasil é resultado de intensos trabalhos, incluindo gestões diplomáticas realizadas junto ao secretariado e a membros da OCDE. Representa um marco histórico para o país, cuja aproximação com a Organização começou em 1991, por iniciativa da primeira missão do Itamaraty à Organização, e foi adensada mediante a adesão a vários comitês nas décadas subsequentes. A intenção de ingressar na Organização como membro pleno

foi formalizada em 2017 e encampada, a partir de 2018, como prioridade da política externa do Governo Bolsonaro.

O País já se encontra em estágio avançado de convergência com a OCDE, tendo aderido a 103 dos seus 251 instrumentos normativos. Somente na atual gestão do Presidente Jair Bolsonaro, foram 38 adesões, média superior a 12 ao ano, o que expressa a nova priorização atribuída à adoção, pelo Brasil, de boas práticas internacionais, por exemplo nas áreas de governança pública, melhoria regulatória e liberalização financeira, visando ao aprimoramento do ambiente de negócios, incremento da inovação, produtividade e competitividade dos agentes que atuam no Brasil.

Além disso, como parceiro-chave da OCDE, o Brasil já atua formalmente, como convidado, participante ou associado, em mais de 30 comitês e grupos de trabalho da Organização, em temas tão diversos como comércio, investimentos, defesa da concorrência, agricultura, educação, tributação e economia digital.

Aderir à OCDE contribui para promover a competitividade e o dinamismo da economia brasileira e atrair investimentos, com geração de emprego, renda e oportunidades empresariais, bem como aprofundar a integração internacional do Brasil. Permite, ainda, o aprimoramento contínuo dos processos de formulação de políticas públicas e das estatísticas econômicas e sociais do País.

A acessão à OCDE implicará um esforço coordenado e articulado dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do setor privado e da sociedade civil, para dar seguimento a uma agenda de reformas estruturais que permitam ao Brasil implantar as melhores práticas regulatórias para oferecer melhores serviços públicos, promover um melhor ambiente para o setor privado e enfrentar os desafios do desenvolvimento no século XXI.

A partir do início do processo de acessão, a interlocução do Brasil com o secretariado e com os países membros da OCDE passa para nova e mais intensa fase técnica e diplomática, com múltiplas negociações, com vistas à conclusão do processo no mais curto espaço de tempo possível.

O Governo brasileiro está comprometido a trabalhar para esse objetivo histórico com sentido de urgência e prioridade em prol da modernização do Estado, do desenvolvimento econômico e da melhora na qualidade de vida de todos os brasileiros.

Nota à imprensa nº 6, publicada em 25/01/2022

1.4. Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto

O Brasil une-se hoje, 27 de janeiro, às celebrações mundiais em torno da memória das vítimas do Holocausto. Nesta data, há 77 anos, eram libertados do campo de extermínio de Auschwitz-Birkenau os sobreviventes da barbárie nazista. A homenagem mantém viva a memória do Holocausto para que a humanidade não se esqueça de um dos períodos mais sombrios de sua história.

Lar da segunda maior comunidade judaica da América Latina e décima maior do mundo, o Brasil orgulha-se de ter acolhido famílias que fugiram dos horrores do Holocausto. Algumas delas aqui chegaram pelas mãos de Aracy de Carvalho Guimarães Rosa e do Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, membros do Serviço Exterior Brasileiro designados como “Justo entre as Nações” pelo “Yad Vashem”, Memorial do Holocausto em Israel.

Em 2021, o Brasil aderiu, na condição de observador, à Aliança Internacional em Memória do Holocausto (IHRA), comprometendo-se a promover a educação e a pesquisa sobre o Holocausto, bem como a aperfeiçoar as políticas nacionais de enfrentamento ao antisemitismo.

Nota à imprensa nº 8, publicada em 27/01/2022

1.5. Medida Provisória que autoriza Brasil a suspender concessões a Membros da OMC que apelem “no vazio” – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Economia e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Foi publicada a Medida Provisória nº 1.098/22, de 26/1/2022, que autoriza a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) a retaliar Membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) que se valham de recurso ao Órgão de Apelação (OA) da OMC, atualmente paralisado, para impedir a resolução de um contencioso iniciado pelo Brasil (“apelação no vazio”). A norma também autoriza a CAMEX a suspender direitos de propriedade intelectual nessas situações, atualizando a Lei nº 12.270, de 24 de junho 2010. A retaliação pode dar-se na forma de suspensão de concessões, obrigações e direitos por parte do Brasil perante a OMC, isto é, pode alcançar restrições no comércio de bens, serviços e propriedade intelectual.

O Órgão de Apelação está inoperante desde dezembro de 2019, quando deixou de ter o número mínimo de três integrantes necessário para julgar

apelações. A autorização para retaliar parceiros comerciais que apelem “no vazio” vigorará somente enquanto perdurar a inoperância do OA.

Diante dessa paralisia, o Brasil tem buscado soluções negociadas para os contenciosos de que é parte e incentivado meios alternativos de solução de controvérsias, como a arbitragem. Participa, com esse objetivo, do Arranjo Provisório de Arbitragem-Apelação (MPIA) junto com outros 24 Membros da OMC.

O Governo brasileiro reafirma seu compromisso com o sistema multilateral de comércio e continuará trabalhando para o reestabelecimento pleno do sistema de solução de controvérsias da OMC. Mantém, além disso, a firme convicção de que devem ser privilegiadas soluções negociadas para todos os contenciosos dos quais é parte ou venha a fazer parte.

Nota à imprensa nº 9, publicada em 28/01/2022

1.6. Abertura de novas repartições consulares do Brasil no exterior

Foi publicado, hoje, decreto que cria os Consulados-Gerais do Brasil em Chengdu (República Popular da China), Edimburgo (Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte) e Marselha (República Francesa). Foi também criado, pelo mesmo ato, o Vice-Consulado em Orlando (Estados Unidos da América).

O decreto amplia a rede consular brasileira no exterior, em particular em regiões onde há expressiva presença da comunidade brasileira. Demonstra o compromisso do governo brasileiro de aperfeiçoar e aproximar dos brasileiros residentes no exterior a prestação de serviços e assistência consular. Os novos postos também atuarão nas áreas de promoção comercial e cultural e de ciência e tecnologia, em defesa dos interesses do País.

O Vice-Consulado a ser aberto em Orlando, para atuar em região onde residem cerca de 180 mil brasileiros, terá estrutura reduzida e será subordinado ao Consulado-Geral em Miami. Seus custos serão menores que os de um consulado-geral, sem prejuízo da qualidade dos serviços.

A instalação das novas repartições consulares ocorrerá após a anuência dos governos locais.

A abertura desses postos demonstra o empenho do Ministério das Relações Exteriores em adequar-se ao aumento da comunidade brasileira no

exterior, estimada em 4,2 milhões de pessoas, segundo levantamento feito pelo Itamaraty [<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular>].

O Brasil conta hoje com 191 repartições que prestam serviços consulares, entre embaixadas, consulados-gerais, consulados e vice-consulados.

Nota à imprensa nº 11, publicada em 28/01/2022

1.7. Visita do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Madri – 2 a 4 de fevereiro de 2022

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, visita a Espanha de 2 a 4 de fevereiro.

O Ministro deverá encontrar-se com o Ministro de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação da Espanha, José Manuel Albares, com a Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Espanha e ex-Chanceler espanhola, Trinidad Jiménez, e com o Secretário-Geral eleito da SEGIB, Andrés Allamand, além de participar da assinatura da Convenção-Quadro para a Promoção da Circulação do Talento no Espaço Ibero-Americano.

Em seus compromissos, o Ministro tratará de temas bilaterais, regionais e multilaterais da ampla agenda conjunta entre Brasil e Espanha, incluindo cooperação em educação, defesa e saúde, diálogo político, comércio e investimentos e recuperação econômica pós-pandemia. Discutirá igualmente as perspectivas para o Acordo Mercosul-União Europeia e para o processo de acesso do Brasil à OCDE.

A Espanha é o 2º maior emissor de investimento direto ao Brasil: estoque de US\$ 79,1 bilhões aplicados nos setores financeiro, de informação e comunicações, indústrias extrativas, eletricidade e gás. É também o 8º maior destino das exportações brasileiras (US\$ 4,05 bilhões em 2020).

Nota à imprensa nº 15, publicada em 02/02/2022

1.8. Brasil representará as Américas em novo grupo da OMS sobre pandemias

O Brasil foi escolhido por consenso para representar as Américas no órgão que coordenará os trabalhos do Grupo de Negociação Intergovernamental

(INB), criado pela OMS para discutir projeto de instrumento internacional sobre pandemias.

Ao Brasil juntam-se África do Sul, Egito, Holanda, Japão e Tailândia. As reuniões do INB começarão este mês. Ao fim do processo, em 2024, espera-se chegar a novo instrumento que fortaleça a capacidade global para enfrentar futuras emergências sanitárias.

O Brasil trabalhará em estreita colaboração com os países da região, buscando representar nossos interesses conjuntos de forma equilibrada e transparente.

Trata-se de mais um reconhecimento internacional às contribuições do Brasil aos grandes debates mundiais, depois das eleições para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, para a Comissão de Direito Internacional e para a presidência da Conferência Geral da UNESCO, além do início formal do processo de adesão à OCDE.

Nota à imprensa nº 16, publicada em 02/02/2022

1.9. Adesão do Brasil à Iniciativa Ibero-Americana para Prevenir e Eliminar a Violência contra as Mulheres

Durante reunião mantida hoje na Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), em Madri, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, comunicou ao Secretário-Geral da SEGIB, designado, Andrés Allamand, a adesão do Brasil à Iniciativa Ibero-Americana para Prevenir e Eliminar a Violência contra Mulheres.

Aprovada na XXVIII Cúpula Ibero-Americana de 2021, em Andorra, a Iniciativa institui foro intergovernamental que contribuirá para eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres, através de ações relacionadas a políticas públicas, proteção e reparação integral, e prevenção. Espera-se que a Iniciativa possa ajudar a fortalecer o alcance dos programas de prevenção da violência contra as mulheres.

A participação do Brasil na Iniciativa foi possível graças ao trabalho coordenado do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB).

Nota à imprensa nº 18, publicada em 03/02/2022

1.10. Enfrentamento à violência contra migrantes e refugiados **– Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do** **Ministério da Justiça e Segurança Pública**

O Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), colegiado que conta com representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE), tem sempre apoiado estratégias de enfrentamento da violência contra migrantes e refugiados no Brasil, em linha com os compromissos internacionais brasileiros.

Em reunião plenária de 3 de fevereiro, o CONARE aprovou a criação do Observatório da Violência contra Migrantes e Refugiados, com o objetivo de acompanhar denúncias e procedimentos relacionados ao tema e apoiar a elaboração de políticas públicas para seu enfrentamento.

Nessa linha, o CONARE estabeleceu, como primeira atribuição do Observatório, o acompanhamento dos casos de violência contra membros da comunidade congolese no Brasil, em especial o caso do cidadão congolês Moïse Mugenyi Kabagambe, vítima de crime hediondo recentemente ocorrido no Rio de Janeiro.

Nota à imprensa nº 20, publicada em 07/02/2022

1.11. Declarações a respeito da política externa brasileira

O Ministério das Relações Exteriores lamenta o teor da declaração da porta-voz da Casa Branca a respeito de pronunciamento do Senhor Presidente da República por ocasião de sua visita à Rússia.

As posições do Brasil sobre a situação da Ucrânia são claras, públicas e foram transmitidas em repetidas ocasiões às autoridades dos países amigos e manifestadas no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). O Ministério das Relações Exteriores não considera construtivas, nem úteis, portanto, extrações semelhantes a respeito da fala do Presidente.

Nota à imprensa nº 27, publicada em 19/02/2022

1.12. Brasileiros na Ucrânia

A Embaixada do Brasil em Kiev permanece aberta e dedicada, com prioridade, desde o agravamento das tensões, à proteção dos cerca de 500

cidadãos brasileiros na Ucrânia. A Embaixada vem renovando o cadastramento dos brasileiros e tem-lhes transmitido orientações, por meio de mensagens em seu site (kiev.itamaraty.gov.br), em sua página no Facebook (<https://www.facebook.com/Brasil.Ukraine>) e em grupo do aplicativo Telegram (<https://t.me/s/embaxadabrasilkiev>).

Solicita-se aos cidadãos brasileiros em território ucraniano, em particular aos que se encontrem no leste do país e outras regiões em condições de conflito, que mantenham contato diário com a Embaixada. Caso necessitem de auxílio para deixar a Ucrânia, devem seguir as orientações da Embaixada e, no caso dos residentes no Leste, deslocar-se para Kiev assim que as condições de segurança o permitam.

O Itamaraty disponibiliza, ainda, para casos de emergência consular de brasileiros na Ucrânia e seus familiares, o número de telefone de plantão consular +55 61 98260-0610.

Nota à imprensa nº 31, publicada em 24/02/2022

1.13. Acolhida Humanitária de Ucranianos – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Em cumprimento à determinação do Presidente Jair Bolsonaro de que o Brasil ofereça abrigo a ucranianos afetados pela situação de conflito armado naquele país, o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro da Justiça e Segurança Pública assinaram a Portaria Interministerial MJSP/MRE Nº 28, de 3 de março de 2022, que regulamenta a concessão de visto temporário e autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais ucranianos e apátridas que tenham sido afetados ou deslocados pelos eventos em território ucraniano.

A concessão de acolhida humanitária reafirma o compromisso do Governo brasileiro com os princípios balizadores da política migratória brasileira.

As Embaixadas do Brasil em Varsóvia, Budapeste, Bucareste, Praga e Bratislava estarão habilitadas a processar pedidos de visto para acolhida humanitária. Os interessados deverão comparecer às citadas embaixadas ou, se já estiverem em território brasileiro, às delegacias da Polícia Federal.

Nota à imprensa nº 38, publicada em 03/03/2022

1.14. Explicação de voto do Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra, Embaixador Tovar da Silva Nunes, por ocasião do “debate urgente sobre a situação dos direitos humanos na Ucrânia decorrente da agressão russa”, durante a 49ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU

A deterioração das circunstâncias no terreno convenceu-nos da necessidade de o Conselho de Direitos Humanos somar sua voz ao Conselho de Segurança e à Assembleia Geral na busca de soluções para a crise na Ucrânia. Por essa razão, apoiamos o debate urgente em curso.

É imperiosamente necessário que todos os órgãos relevantes da ONU trabalhem juntos para restabelecer a paz, salvaguardar a segurança e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais na Ucrânia.

A despeito de propostas construtivas durante as negociações da resolução, estamos decepcionados com o texto que temos diante de nós. O Brasil teria favorecido projeto mais equilibrado, que pudesse criar espaço para o diálogo entre todas as partes e enviar mensagem forte de respeito ao direito internacional dos direitos humanos. Infelizmente, o texto atual é falho.

Embora tenhamos notado positivamente que o mandato da Comissão de Inquérito foi reorientado para lidar com a crise atual, em vez de eventos passados, ainda acreditamos que a Comissão não é mecanismo apropriado, neste estágio, para avaliar e revisar os fatos no terreno. Dada a falta de informações objetivas e verificáveis disponíveis sobre violações e abusos de direitos humanos, reiteramos nossa opinião de que uma Missão de Verificação de Fatos com mandato robusto, mas justo, seria ferramenta mais eficaz e eficiente para alcançar nossos objetivos comuns imediatos.

Também estamos frustrados com o fato de que nossos comentários sobre linguagem-chave sobre paz e segurança não foram devidamente levados em consideração. O texto ainda contém uma série de referências, que seriam melhor abordadas em outros foros da ONU, como o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral, em lugar do Conselho de Direitos Humanos.

Grande parte da terminologia usada no texto é claramente inspirada em iniciativas recentes do Conselho de Segurança, enquanto conceitos relacionados ao direito humanitário e ao direito dos refugiados são imprecisos. No contexto do Conselho de Direitos Humanos, essa linguagem constitui precedente injustificável que só faz exacerbar a politização de nossas deliberações.

Além disso, consideramos que as referências a futuros processos judiciais antecipam o resultado das investigações propostas. Precisamos, em primeiro lugar, de recolher, verificar e avaliar os fatos no terreno, antes de recorrer a tribunais internacionais.

Essas referências são contraproducentes neste momento e não contribuirão para os objetivos defendidos por este Conselho, que deveriam ser principalmente promover o respeito aos direitos humanos e evitar ainda mais o sofrimento de civis na Ucrânia.

Da mesma forma, o Brasil teme que a inclusão, na atual resolução, de parágrafo específico sobre iniciativas do Tribunal Penal Internacional possa estabelecer perigosa interdependência entre aquele augusto órgão e os procedimentos do Conselho de Direitos Humanos, contornando canais e procedimentos estabelecidos.

Apesar das deficiências que esboçamos, acreditamos acima de tudo que este Conselho não pode permanecer em silêncio. Deve, antes de mais nada, agir de acordo com o seu mandato de proteger os direitos humanos na Ucrânia e apoiar uma solução pacífica para a crise no país.

Por essas razões, o Brasil decidiu votar a favor da resolução sobre “a Situação dos Direitos Humanos na Ucrânia decorrente da agressão russa”.

Nota à imprensa nº 40, publicada em 04/03/2022

1.15. Nova Estrutura Regimental do Itamaraty

O Decreto nº 11.024, de 31 de março deste ano, estabelece nova Estrutura Regimental do Ministério das Relações Exteriores, como reflexo dos desafios impostos pela conjuntura internacional.

A nova Estrutura Regimental, que fortalece a gestão do MRE e adapta a governança do órgão às prioridades da política externa brasileira, é resultado de minucioso processo de reflexão e de consultas internas.

O organograma reflete as três ênfases da política externa brasileira sob a gestão atual – combate à pandemia, recuperação econômica e desenvolvimento sustentável –, espelhadas na criação da Coordenação-Geral de Diplomacia da Saúde (CGSaude), na recriação do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR) e no fortalecimento das áreas responsáveis por temas ambientais, sob o novo Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDES).

Além dessas mudanças, foram feitas atualizações temáticas e estruturais ao organograma do Itamaraty, por meio da redistribuição de competências e da criação de: unidade específica sobre a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE); inédita Divisão de Defesa e Segurança Cibernética; estruturas pioneiras a cargo de acompanhar mecanismos regionais asiáticos; unidade administrativa dedicada à saúde e à segurança dos servidores (para casos de evacuação por conflitos, desastres naturais, entre outras emergências); unidade adicional na área consular; e o Instituto Guimarães Rosa, que reunirá as iniciativas culturais de política externa sob identidade e marca comuns.

O Escritório Regional do Itamaraty no Rio de Janeiro (ERERIO), que abriga o Museu Histórico Diplomático e parte relevante do acervo documental, também será dotado de estrutura mais condizente com as necessidades de preservação e promoção desse importante patrimônio diplomático.

Nota à imprensa nº 56, publicada em 01/04/2022

1.16. Resolução da Assembleia Geral da ONU sobre a suspensão do “status” da Rússia como membro do Conselho de Direitos Humanos

Nesta quinta-feira, 7 de abril, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou resolução, de iniciativa dos Estados Unidos, para suspender o “status” da Rússia como membro do Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas.

O Brasil decidiu abster-se na votação por entender que a iniciativa implicará polarização e politização das discussões do CDH. Poderá, ademais, resultar no desengajamento dos atores relevantes e dificultar o diálogo para a paz.

Para que o CDH possa cumprir sua missão de enfrentar violações de direitos humanos em todos os países com a esperada universalidade e imparcialidade, o Brasil considera importante preservar os espaços de diálogo, por meio de respostas que favoreçam o engajamento das partes em defesa da proteção dos direitos humanos e da paz.

O Governo brasileiro apoia as medidas adotadas pelas Nações Unidas em resposta ao conflito. No início de março, votamos a favor da resolução adotada pelo CDH intitulada “Situação dos direitos humanos na Ucrânia em decorrência da agressão russa”, que criou Comissão de Inquérito para

investigação. O Governo brasileiro segue a situação na Ucrânia com grave preocupação, sobretudo os relatos de mortes violentas, torturas e maus-tratos.

A situação dos direitos humanos na Ucrânia permanecerá sob consideração atenta do Governo brasileiro, à luz de investigações a serem conduzidas pela Comissão de Inquérito do CDH e por outros órgãos independentes, com base nas evidências coletadas.

Nota à imprensa nº 60, publicada em 07/04/2022

1.17. Missões eleitorais de organismos internacionais ao Brasil

A respeito de notícias sobre o envio de missões eleitorais de organismos internacionais ao Brasil, o Ministério das Relações Exteriores esclarece que mantém interlocução constante com o Tribunal Superior Eleitoral.

Neste ano, o diálogo tem abordado a organização de seções eleitorais para cerca de 600 mil eleitores inscritos no exterior, assim como o envio de missões de observação para as eleições gerais de 2022. Entre as missões, destacam-se convites para a Organização dos Estados Americanos (OEA), a exemplo das eleições de 2018 e 2020, e entendimentos preliminares com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Parlamento do Mercosul (Parlasur) e organismos especializados como o Carter Center e a União Interamericana de Organismos Eleitorais (UNIORE).

No que toca a eventual convite para missão da União Europeia, o Ministério das Relações Exteriores recorda não ser da tradição do Brasil ser avaliado por organização internacional da qual não faz parte. Note-se que a União Europeia, ao contrário da OEA e da OSCE, por exemplo, não envia missões eleitorais a seus próprios estados membros.

Nota à imprensa nº 61, publicada em 13/04/2022

1.18. Visita ao Brasil da Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Dra. Ngozi Okonjo-Iweala

A Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio (DG-OMC), Dra. Ngozi Okonjo-Iweala, realiza visita oficial ao Brasil, nos dias 18 e 19 de abril. A DG-OMC foi recebida, hoje, pelo Senhor Presidente da República, Jair

Bolsonaro, e manteve reunião de trabalho com o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França.

O Presidente Jair Bolsonaro reiterou a relevância atribuída pelo Brasil à OMC e ao comércio internacional como propulsor para o desenvolvimento econômico. Singularizou a importância do comércio de produtos e insumos agrícolas, como fertilizantes, para assegurar a segurança alimentar mundial. Ressaltou, ainda, o interesse brasileiro em que a 12ª Reunião Ministerial da OMC (MC12) tenha resultados concretos.

O Ministro Carlos França manifestou a expectativa do Brasil de que a OMC possa contribuir para mitigar impactos da pandemia de COVID-19, assim como promover a resiliência das cadeias internacionais de produção e distribuição de alimentos. Destacou o engajamento do Brasil nas negociações preparatórias à MC12, com vistas a que a Conferência alcance resultados em seus quatro principais eixos: comércio e saúde, subsídios à pesca, agricultura e reforma da OMC.

O programa da Dra. Ngozi Okonjo-Iweala em Brasília incluiu, ainda, palestra no Instituto Rio Branco e reuniões com parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e representantes do agronegócio. Amanhã, a DG-OMC cumprirá agenda em São Paulo, que contempla reunião com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), além de encontro com mulheres empreendedoras.

Nota à imprensa nº 62, publicada em 18/04/2022

1.19. Diálogo de Alto Nível Brasil-EUA

Foi realizada, hoje, em Brasília, reunião do Diálogo de Alto Nível Brasil-Estados Unidos da América.

Trata-se do mais abrangente mecanismo de diálogo entre os dois países e conta com três eixos temáticos: i) apoio à governança democrática; ii) promoção da prosperidade econômica; e iii) fortalecimento da cooperação em defesa e segurança e promoção da paz e do primado do Direito.

A delegação brasileira foi integrada pelo Secretário de Américas, Embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva; o Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos, Embaixador Sarquis José Buainain Sarquis; o Secretário de Assuntos Consulares, Cooperação e Cultura, Embaixador Leonardo Luís

Gorgulho Nogueira Fernandes; e por diretores de departamento das diversas áreas temáticas incluídas no diálogo.

Por sua vez, o governo dos EUA enviou os seguintes representantes ao Brasil: a Subsecretária de Estado para Assuntos Políticos, Embaixadora Victoria Nuland; o Subsecretário de Estado para Crescimento Econômico, Energia e Meio Ambiente, Embaixador Jose W. Fernandez; o Vice-Secretário de Estado Assistente para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Ricardo Zúñiga; o Secretário de Estado Assistente para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Mark Wells; e a Secretaria de Estado Assistente para Transição Energética, Anna Shpitsberg.

A reunião ofereceu espaço privilegiado para o intercâmbio de opiniões e para o acompanhamento dos diversos projetos prioritários para ambos os países. Além de avaliar o estágio de implementação das iniciativas já em curso, o Diálogo de Alto Nível identificou novas oportunidades de cooperação e ofereceu novo impulso político, com visão estratégica, ao conjunto da relação bilateral.

Nota à imprensa nº 66, publicada em 25/04/2022

1.20. Reunião de Chanceleres do BRICS

Realizou-se, em 19 de maio, em formato virtual, reunião de Chanceleres do BRICS, na qual se adotou o documento “Fortalecer a solidariedade e a cooperação do BRICS, responder a novas realidades e desafios na situação interacional”.

No primeiro segmento do encontro, reuniram-se os Chanceleres dos países membros do BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. No segundo, somaram-se Chanceleres de países convidados pela presidência de turno chinesa.

O Brasil ressaltou a importância que atribui à cooperação entre os países do agrupamento em áreas como economia e finanças, que resultaram na criação do Novo Banco de Desenvolvimento, assim como em outras áreas promissoras, a exemplo de comércio; saúde e vacinas; combate ao terrorismo e a crimes transnacionais; e ciência, tecnologia e inovação.

No segmento intra-BRICS, os Chanceleres expressaram preocupação com a recuperação econômica e a estabilidade internacional. Enfatizaram os efeitos adversos da interrupção de cadeias produtivas e de graves ameaças à segurança alimentar e energética e aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Os Ministros trataram da situação na Ucrânia e manifestaram suas posições nacionais, conforme defendidas nos foros pertinentes, como a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Brasil defendeu a solução pacífica e negociada do conflito, clamou pela busca urgente de solução para a crise humanitária e ressaltou a necessidade de respeito ao Direito Internacional e aos princípios da Carta da ONU.

A segunda parte do encontro contou com a participação dos Chanceleres de Arábia Saudita, Argentina, Cazaquistão, Egito, Emirados Árabes Unidos, Indonésia, Nigéria, Senegal e Tailândia, com vistas a ampliar o diálogo com outros países e demonstrar a vocação do grupo para fortalecer o papel das economias emergentes na governança global.

Nota à imprensa nº 75, publicada em 19/05/2022

1.21. IX Cúpula das Américas

O Presidente Jair Bolsonaro, acompanhado pelo Presidente da Câmara dos Deputados e por expressiva delegação, participa, em Los Angeles, Estados Unidos, da IX Cúpula das Américas, no período de 9 a 10 de junho. A IX Cúpula é organizada e presidida pelos Estados Unidos, com o tema “Construção de um futuro Sustentável, Resiliente e Equitativo”.

Os Chefes de Estado e de Governo reunidos em Los Angeles deverão adotar, como resultado da Cúpula, cinco Compromissos Políticos: “Plano de ação sobre saúde e resiliência nas Américas”, “Nosso futuro sustentável e verde”, “Acelerando a transição para a energia limpa”, “Agenda regional sobre transformação digital” e “Plano de Ação Interamericano sobre Governança Democrática”.

Além do segmento governamental, também serão realizados os seguintes eventos paralelos: a IV Cúpula de CEOs das Américas, organizada pela Câmara de Comércio dos EUA; o VI Foro de Jovens das Américas, organizado pelo “Young Americans Business Trust”; e foro da sociedade civil e atores sociais, organizado com o apoio da Secretaria de Cúpulas da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A Cúpula das Américas é o principal foro de concertação política dos líderes do hemisfério. A primeira Cúpula foi igualmente organizada pelos Estados Unidos, em Miami, em 1994.

Nota à imprensa nº 88, publicada em 08/06/2022

1.22. XIV Cúpula do BRICS

Realizou-se, em 23 e 24 de junho, em formato virtual, a 14^a Cúpula do BRICS, sob a presidência de turno da China, com o tema “Promover uma Parceria de Alta Qualidade e Inaugurar uma Nova Era para o Desenvolvimento Global”.

No dia 23, os Presidentes Jair Bolsonaro, do Brasil, Xi Jinping, da China, Cyril Ramaphosa, da África do Sul, Narendra Modi, da Índia, e Vladimir Putin, da Rússia, debateram temas como governança global, combate à pandemia da Covid-19, recuperação econômica, desenvolvimento sustentável, cooperação intra-BRICS e aprimoramento institucional do grupo. Também aprovaram a Declaração Final do encontro.

O Presidente Jair Bolsonaro enfatizou a importância que o Brasil atribui ao BRICS como foro de diálogo e cooperação, que reforça a relevância do multilateralismo e de uma ordem internacional mais justa e inclusiva. Reiterou a visão do Brasil de que o BRICS deve orientar sua parceria para o desenvolvimento sustentável e por resultados concretos que gerem benefícios para todos.

Os líderes expressaram satisfação com os resultados da cooperação intra-BRICS, da qual decorreu o lançamento, neste ano, do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS, e reforçaram os avanços nas áreas de economia, finanças e comércio; saúde e vacinas; combate ao terrorismo e a crimes transnacionais; e ciência, tecnologia e inovação.

Trataram, ainda, da situação na Ucrânia e recordaram suas posições nacionais sobre o tema, conforme defendidas nos foros pertinentes das Nações Unidas. O Brasil defendeu a solução pacífica e negociada do conflito, clamou pela busca urgente de solução para a crise humanitária e ressaltou a necessidade de respeito ao Direito Internacional e aos princípios da Carta da ONU.

No dia 24, o Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, representou o Brasil no “Diálogo de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Global”, iniciativa que visa a ampliar o diálogo do BRICS com outros países em desenvolvimento e demonstrar a vocação do grupo para fortalecer o papel das economias emergentes na governança global. A convite da presidência de turno chinesa, participaram desse segmento os líderes da Argélia, da Argentina, do Camboja, do Cazaquistão, do Egito, da Etiópia, de Fiji, da Indonésia, do Irã, da Malásia, do Senegal, da Tailândia e do Uzbequistão.

Nota à imprensa nº 101, publicada em 24/06/2022

2. COMUNICADOS CONJUNTOS

2.1. Declaração conjunta dos presidentes da República do Suriname e da República Federativa do Brasil

A convite do Presidente da República do Suriname, Sua Excelência Chandrikapersad Santokhi, o Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência Jair Messias Bolsonaro, realizou visita oficial ao Suriname em 20 de janeiro de 2022.

Por ocasião desse histórico encontro, os Chefes de Estado mantiveram ampla troca de visões no espírito de fortalecer e de aprofundar a compreensão dos interesses comuns, nos níveis bilateral, regional e internacional.

Os Presidentes também intercambiaram impressões sobre assuntos relacionados a segurança e defesa, infraestrutura, energia, comércio e investimento, e meio ambiente.

Sublinharam os laços de amizade e cooperação que unem seus países, no marco da boa vizinhança e do respeito ao Direito Internacional, bem como dos princípios e propósitos consagrados na Carta das Nações Unidas.

No tocante à agenda bilateral, os dois Presidentes acordaram o seguinte:

Consultas e Diálogo Político Estratégicos

Retomar consultas regulares no âmbito do Mecanismo Bilateral de Consulta Política, estabelecido em 2005, para passar em revista todos os aspectos das relações bilaterais e trocar impressões sobre questões regionais e internacionais de interesse mútuo.

Ressaltar a importância de monitorar a implementação das decisões tomadas no marco das consultas políticas em todas as áreas, em especial, segurança, energia, infraestrutura, expansão de mercados e cooperação cultural.

Comércio, Investimento e Agricultura

Retomar as negociações para a ampliação do Acordo de Alcance Parcial nº 41, com vistas a abranger maior número de setores econômicos e estimular os fluxos comerciais bilaterais.

Lançar negociações sobre certificações sanitárias e fitossanitárias bilaterais, a fim de criar quadro jurídico e técnico adequado para o comércio agrícola e ajudar a promover a segurança alimentar em ambos os países.

Envidar esforços para acelerar o processo de ratificação do “Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos” (ACFI), que contribuirá para a promoção de um ambiente favorável à atração de investimentos bilaterais.

Saudar a perspectiva de realização de um seminário bilateral envolvendo as comunidades empresariais dos dois países, a ser coordenado, do lado brasileiro, pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), com foco em novas oportunidades no setor de petróleo e gás, e a previsão de realização de uma missão da Apex-Brasil a Paramaribo, com o objetivo de compartilhar a experiência brasileira na criação e na operação de uma agência de promoção comercial.

Cooperação Energética, incluindo Petróleo e Gás

Analizar as possibilidades, à luz do desenvolvimento da indústria de petróleo e gás offshore no Suriname, de cooperação relacionada à construção de capacidade técnica e institucional, ao desenvolvimento de conteúdo local e a energias renováveis, bem como de oferta de possíveis serviços relacionados ao setor energético ao Brasil, respondendo às necessidades dos estados da Região Norte do país.

Intensificar, doravante, o intercâmbio de informações sobre os respectivos planos nacionais de energia, a troca de experiências em matéria regulatória no setor de petróleo e gás, inclusive em regulamentação de conteúdo local, bem como a colaboração na prevenção de acidentes por derramamento de petróleo.

Ressaltar a importância da colaboração no campo da interconexão elétrica entre Brasil, Guiana, Guiana Francesa e Suriname, e incentivar o Banco Interamericano de Desenvolvimento a prosseguir com a nova fase dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, no âmbito do Memorando de Entendimento assinado em 2019 por aquela Instituição e as empresas de energia dos países interessados.

Assuntos de segurança e defesa

Intensificar a atual cooperação em segurança, com foco na colaboração na área de segurança pública e no combate ao crime organizado transnacional.

Expressar o interesse compartilhado em aprimorar os canais de diálogo e de cooperação destinados a prevenir e a enfrentar ameaças relacionadas com o crime transnacional, tais como tráfico de drogas, tráfico de pessoas, corrupção e mineração ilegal.

Felicitar as autoridades policiais pela cooperação desenvolvida no âmbito do Memorando de Entendimento assinado entre a Polícia Federal do Brasil e o “Korps Politie Suriname” (KPS) em maio de 2018, e saudar o convite feito pelo Brasil para a participação de policiais surinameses em atividades de treinamento, assim como no Centro de Cooperação Policial Internacional, mantido pela Polícia Federal do Brasil, no Rio de Janeiro.

Explorar a possibilidade de negociação de projetos específicos relacionados ao uso de imagens de sensoriamento remoto, como ferramenta eficaz de cooperação para prevenir e combater a criminalidade transnacional em seus territórios.

Reafirmar o compromisso de ambos os países com a agenda de cooperação em defesa, refletido na ampla participação de militares surinameses em instituições militares de treinamento no Brasil. Os dois países irão examinar a possibilidade de intensificar ações de patrulhamento conjunto nas fronteiras e avaliar as capacidades da indústria brasileira de defesa para aumentar sua participação como fornecedora de produtos de defesa para o Suriname, incluindo, se apropriado, a possibilidade de transferência de tecnologia.

Migração e assuntos consulares

Fortalecer o relacionamento bilateral nas áreas consular e migratória por meio de futuros diálogos bilaterais, da colaboração já em curso e da coordenação.

Neste contexto, convocar a segunda reunião do Grupo de Trabalho sobre Migração e Assuntos Consulares no segundo semestre deste ano para discutir esses temas.

Estado da Cooperação Técnica e Humanitária

Expressar satisfação pelo amplo portfólio de projetos implementados ao longo dos anos no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Brasil –

Suriname, parceria que é o maior programa bilateral mantido pelo Brasil nas Américas e completou, em 2021, 45 anos.

Convocar a segunda reunião de Monitoramento e Avaliação do Programa de Cooperação Técnica, no Suriname, no segundo semestre de 2022.

Saudar a prontidão brasileira em apoiar os esforços de vacinação no Suriname, oferecendo a doação de doses de vacinas contra a COVID-19 e várias outras doenças.

Assuntos regionais

Ressaltar a importância da integração regional e fazer um chamamento em favor da solução pacífica das principais crises na região por meio do diálogo político e da observância dos direitos humanos e do Estado de Direito. Na mesma linha, advogar pelo esgotamento de todos os canais diplomáticos para alcançar soluções pacíficas para essas crises, por meio de processos políticos e democráticos abrangentes e legítimos, com o envolvimento de todos os atores pertinentes.

Ressaltar também seu forte compromisso com a defesa da democracia e das instituições democráticas, a adesão à boa governança e ao Estado de Direito, e a promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Enfatizar a importância de promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais da região amazônica para enfrentar os desafios sociais, ambientais e econômicos da região de forma integrada, bem como promover o desenvolvimento sustentável com o apoio da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Conclusão

O Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, expressou seu apreço ao Suriname pelas recepção e hospitalidade calorosas dispensadas a ele e sua delegação durante a visita.

Assinada em Paramaribo, no dia 20 de janeiro de 2022.

Nota à imprensa nº 5, publicada em 20/01/2022

2.2. Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e da República do Peru, José Pedro Castillo Terrones

A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, o Presidente da República do Peru, José Pedro Castillo Terrones, realizou visita ao Brasil, na cidade de Porto Velho, em 3 de fevereiro de 2022. Na ocasião, os mandatários trataram dos principais temas da agenda bilateral e decidiram subscrever a seguinte Declaração Conjunta, pela qual:

ALIANÇA ESTRATÉGICA BRASIL-PERU

1. Reafirmaram a decisão de continuar avançando na construção de uma aliança estratégica entre o Brasil e o Peru, que se sustenta nos históricos laços de amizade entre os dois povos, na extensa fronteira comum, no potencial de complementação e integração entre as duas economias, na vontade de aprofundar a cooperação e o desenvolvimento sustentável no vasto espaço amazônico que compartilham e na visão coincidente sobre a necessidade de fomentar a paz, a democracia, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável na América do Sul e a nível global.

TEMAS ECONÔMICO-COMERCIAIS

2. Congratularam-se pela consistente recuperação do intercâmbio comercial bilateral em 2021, que atingiu cerca de US\$ 4,3 bilhões, e ressaltaram a importância de sua dinamização à luz dos esforços de retomada econômica pós-pandemia.

3. Manifestaram sua satisfação pela realização da II Reunião Extraordinária da Comissão Administradora do Acordo de Complementação Econômica nº 58 (MERCOSUL-Peru) em 6 de dezembro passado, oportunidade que propiciou discutir elementos para a conformação de uma agenda renovada de interesse recíproco em matéria comercial e econômica entre o bloco e o Peru e dar um novo impulso aos investimentos recíprocos, seguindo princípios de integridade e transparência.

4. Concordaram sobre a importância de trabalhar em formas concretas de integração produtiva entre o Brasil e o Peru, particularmente em matéria de zonas francas e micro, pequenas e médias empresas.

5. Destacaram seu compromisso com o fortalecimento das relações econômicas e comerciais bilaterais e com a integração regional. Acordaram,

nesse contexto, instruir as respectivas autoridades competentes a se reunir, com a maior brevidade, para tratar do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial. Com vistas à sua pronta entrada em vigor, nessa reunião, será discutido, entre outros elementos de ampliação, o estabelecimento de um componente normativo destinado a promover a integridade pública e fortalecer as medidas para prevenir e combater a corrupção.

6. Coincidiram no entendimento de que ambos os países devem realizar esforços conjuntos com vistas a avaliar a abertura de mercados aos produtos de interesse, ou melhorar as condições de acesso existentes, em matéria sanitária e fitossanitária.

CONEXÃO MULTIMODAL

7. Acordaram a criação de um grupo de trabalho, liderado pelas Chancelarias dos dois países, com vistas a explorar a geração de novos fluxos de comércio e investimento na fronteira amazônica e a identificar soluções logísticas multimodais que assegurem ganhos de competitividade para os produtos de ambos países, bem como a aprovação de medidas de facilitação de comércio que agilizem o trânsito aduaneiro e facilitem a movimentação de cargas e pessoas na fronteira e ajudem a otimizar o uso da Rodovia Interoceânica. Acordaram que o grupo de trabalho incluirá técnicos governamentais dos dois países, bem como representantes locais e empresas brasileiras e peruanas interessadas no comércio realizado pela fronteira.

8. Nesse contexto, acordaram que se iniciem proximamente negociações para o estabelecimento de um corredor multimodal que facilite alternativas de conexão da província de Purús (Ucayali) com Puerto Maldonado (Madre de Dios), Rio Branco e Manoel Urbano (Acre), através do território fronteiriço. Igualmente, ratificaram seu interesse no estabelecimento de um corredor multimodal que une o Brasil ao Peru através das cidades de Yurimaguas, Iquitos e Manaus, ao longo dos rios da Bacia Amazônica.

9. Reafirmaram o interesse de ambos os países em incrementar a conectividade, especialmente nas localidades fronteiriças, por meio de projetos econômica e ambientalmente sustentáveis que favoreçam a integração econômica e o desenvolvimento das populações amazônicas. O presidente Jair Bolsonaro reiterou o interesse do Governo brasileiro na conexão terrestre entre Cruzeiro do Sul (AC) e Pucallpa (Ucayali), à qual atribui grande potencial para incrementar a integração econômica.

10. Reconheceram a importância do adensamento da conectividade aérea bilateral, particularmente no cenário de recuperação econômica pós-Covid. Registraram que seus governos estão empenhados no estabelecimento de novas rotas e na retomada plena daquelas anteriormente em operação entre os dois países, com base nos princípios acordados entre as autoridades aeronáuticas brasileira e peruana.

11. Nesse contexto, recordaram a existência de Acordo bilateral sobre Serviços Aéreos, assinado em 2009 e em vigor em ambos os países. Ressaltaram, ainda, a importância de avançar na negociação do Acordo Brasileiro-Peruano sobre Integração Fronteiriça por Via Aérea, com base em contraproposta de texto a ser proximamente apresentada pelo lado brasileiro.

12. Destacaram as oportunidades geradas pelo leilão no Brasil dos aeroportos do Bloco Norte – composto pelos aeroportos de Manaus (AM), Tabatinga (AM), Tefé (AM), Rio Branco (AC), Cruzeiro do Sul (AC), Porto Velho (RO) e Boa Vista (RR) – no âmbito da sexta rodada de concessões aeroportuárias, que garantiu investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão na infraestrutura aeroportuária da região amazônica. Observaram que o novo contrato aumentará a capacidade operacional dos referidos aeroportos e as possibilidades de conectividade aérea entre os dois países, impulsionando o turismo, negócios e o transporte de cargas.

COOPERAÇÃO FRONTEIRIÇA

13. Registraram com satisfação a assinatura, em setembro de 2020, de acordo por troca de notas sobre a criação dos Comitês de Fronteira Norte e Sul, que congregam autoridades nacionais, estaduais e municipais dos dois países para o tratamento de temas atinentes à cooperação fronteiriça, e instaram as autoridades competentes a convocar reuniões dos Comitês tão logo a situação sanitária permita a realização de tais encontros presencialmente, nas localidades fronteiriças a serem determinadas, preferencialmente no terceiro trimestre de 2022.

14. Ressaltaram a importância de ações coordenadas de vigilância em saúde na fronteira comum, inclusive por meio de atividades de capacitação e treinamento, com vistas ao fortalecimento da vigilância epidemiológica e controle de doenças de transmissão vetorial.

15. Reiteraram compromisso com a promoção da saúde indígena, sublinhando oportunidades de cooperação em ações de saúde conjuntas

para a prevenção de doenças tropicais emergentes e endêmicas que afetam as populações indígenas.

16. Saudaram os trabalhos do Comitê de Coordenação Técnica constituído sob o Acordo para a Integração Fronteiriça entre o Brasil e o Peru na Área de Telecomunicações e incentivaram a continuidade do diálogo entre os órgãos setoriais brasileiros e peruanos pertinentes em favor da integração fronteiriça nesse âmbito.

17. Encarregaram as Secretarias Executivas da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça (CVIF) de assegurar o pronto cumprimento dos compromissos adotados em sua VI reunião, em setembro de 2020, que permita convocar oportunamente a VII reunião do mecanismo.

COOPERAÇÃO EM SAÚDE

18. Saudaram a assinatura, por ocasião da visita do Presidente Castillo, de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Saúde do Brasil e o Seguro Social de Saúde do Peru (EsSalud), com o objetivo de promover programa de cooperação em saúde, com destaque para funcionamento de sistemas de informação; telemedicina; regulação financeira dos serviços de saúde; e formação de recursos humanos para atenção primária de saúde.

COOPERAÇÃO EM DEFESA

19. Registraram com satisfação o diálogo fluido e a cooperação na área de defesa, com encontros regulares entre altas autoridades dos respectivos Ministérios da Defesa e a realização anual de reuniões de conversações entre o Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil e o Comando Conjunto das Forças Armadas do Peru, bem como entre os Estados-Maiores de cada Força dos dois Países, e a participação regular de oficiais dos dois países em cursos de formação reciprocamente oferecidos.

20. Saudaram a realização, nos dias 7 e 8 de dezembro de 2021, em Lima, da II Reunião da Comissão Binacional Fronteiriça (COMBIFRON) Brasil - Peru, a qual resultou em 15 entendimentos entre os dois países em matéria de cooperação bilateral em defesa e segurança fronteiriça. Acolheram com satisfação o propósito de realizar a III COMBIFRON Brasil- Peru, em Brasília, em 2022.

21. Destacaram o potencial de incremento da cooperação entre o Brasil e Peru na área de indústrias de defesa, expressando o desejo mútuo de consolidação

de uma parceria durável no intercâmbio de produtos de defesa. Tomaram nota da disposição da Base Industrial de Defesa do Brasil e da “Astilleros Servicios Industriales de la Marina – SIMA” em ser parte dessa parceria, assegurando o fornecimento de produtos de defesa confiáveis, competitivos e tecnologicamente avançados. Concordaram em avaliar proximamente a realização de um seminário para ampliar o conhecimento recíproco na área de indústria de defesa, com a participação dos setores público e privado dos dois países.

COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA

22. Reconheceram a importância da construção e consolidação de instâncias de coordenação e cooperação no combate aos ilícitos transfronteiriços, como o narcotráfico, o tráfico de pessoas, a exploração sexual e o tráfico ilícito de armas, munições e explosivos. Nesse sentido, saudaram a realização, em Brasília, nos dias 15 e 16 de setembro de 2021, da X Reunião da Comissão Mista sobre Drogas e Delitos Conexos Brasil-Peru, que deu origem a 16 compromissos, nas áreas de controle de oferta de drogas, prevenção, tratamento e reinserção social de pessoas que usam drogas e cooperação jurídica internacional, inclusive o de assinatura de acordo de cooperação interinstitucional contra o crime organizado transnacional e delitos conexos entre a Polícia Nacional do Peru e a Polícia Federal do Brasil.

23. Destacaram a necessidade de retomar operações policiais conjuntas na zona de fronteira, tão logo as condições sanitárias permitam.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E HUMANITÁRIA

24. Destacaram, com satisfação, o avanço dos entendimentos entre as respectivas agências de cooperação para a concretização da IX Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Peru, prevista para ocorrer proximamente, com o objetivo de negociar e elaborar novos projetos em diversas áreas de interesse comum (meio ambiente/resíduos sólidos, agricultura, desenvolvimento social e saúde).

25. Expressaram sua satisfação com o desenvolvimento positivo do atual programa de cooperação técnica bilateral, destacando o projeto de recursos hídricos, por meio do qual o Governo brasileiro entregou, na cidade de Iquitos, em 4 de novembro de 2021, equipamentos para instalação de uma sala de monitoramento hídrico a ser operada pelo Governo do Peru. Da mesma forma,

expressaram sua satisfação pela doação que o Brasil fará ao Peru de duas Plataformas de Coleta de Dados Hidrometeorológicos. Destacaram também os excelentes resultados do projeto de banco de leite humano que, desde seu início em 2009, promoveu assistência a mais de 45 mil mães peruanas, e treinamento de mais de oitenta especialistas.

26. Enfatizaram o impacto positivo dos projetos trilaterais executados com o apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com vistas ao fortalecimento do setor algodoeiro nas áreas de produção de algodão e de trabalho decente, dos recursos hídricos e da alimentação escolar segura durante a pandemia e no pós-pandemia no Peru, respectivamente.

27. Recordaram, com satisfação, os gestos de amizade e solidariedade no âmbito da cooperação humanitária. A esse respeito, o Presidente Castillo expressou o agradecimento do Peru pelas recentes doações brasileiras de medicamentos para tratamento de doenças como leishmaniose, varicela, HIV/AIDS e gripe Influenza H1N1, assim como de 50 mil “kits” de diagnóstico para Covid-19 e de 330 respiradores mecânicos no combate à pandemia.

ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19

28. Comprometeram-se a continuar cooperando para a superação dos desafios decorrentes da pandemia da COVID-19, inclusive por meio da promoção ao acesso justo e equitativo a vacinas e demais produtos e tecnologias de saúde e do fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde.

29. Renovaram seu compromisso em fazer avançar o processo de vacinação, particularmente na zona de fronteira, considerado imprescindível para a retomada econômica e para a normalização da atividade humana em todas as suas esferas.

30. Coincidiram quanto à importância da atuação dos Estados Membros com vistas a fortalecer o trabalho da Organização Mundial da Saúde (OMS) na área de prevenção, prontidão e resposta diante de emergências sanitárias.

31. Coincidiram em promover a reabertura plena das fronteiras fluviais e terrestre tão logo as condições sanitárias o permitam.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA)

32. Salientaram o compromisso de ambos os países com a promoção do desenvolvimento sustentável, da proteção e da conservação da Amazônia. Nesse contexto, coincidiram quanto à necessidade de fortalecer a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), organismo histórico regional para implementar projetos conjuntos dos países amazônicos, em razão de sua institucionalidade, de seu conhecimento da região e de sua relevante experiência na coordenação do diálogo e na implementação de iniciativas de cooperação técnica.

33. Valorizaram os resultados alcançados em várias frentes de trabalho da OTCA em 2021, com destaque para: a aprovação do Protocolo de Enfrentamento de Incêndios Florestais, do Memorando de Manejo Integrado do Fogo e dos Programas de Florestas e Diversidade Biológica; a criação da Rede e da Sala de Situação de Recursos Hídricos; e o lançamento do Observatório Regional Amazônico. Expressaram vontade de explorar a possibilidade de desenvolver ações em novas áreas, como combate a ilícitos transnacionais e estímulo à bioeconomia.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE)

34. Saudaram a coincidência dos convites formulados pelo Conselho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aos Governos do Brasil e do Peru para o início dos respectivos processos de adesão, que permitirão fortalecer suas estratégias de desenvolvimento integral, inclusivo e sustentável, em benefício de suas populações, e reconheceram as oportunidades que tal situação pode gerar para a coordenação e a cooperação bilateral.

VICE-CONSULADO DO BRASIL EM CUSCO

35. Tomaram nota, com satisfação, do projeto de criação do Vice-Consulado do Brasil em Cusco, que deverá concretizar-se nos próximos meses. A repartição constituir-se-á em valioso instrumento para prestação de assistência e serviços consulares aos turistas e comunidades brasileiras. Dos mais de 170 mil brasileiros que visitam o Peru anualmente, quase 75 mil incluem Cusco em seu roteiro. Desde a inauguração da rodovia interoceânica,

tem-se registrado notável incremento da circulação de turistas brasileiros que se deslocam em automóvel pela região de Cusco, Madre de Diós e Puno, em procedência do Brasil.

36. Instruíram suas respectivas Chancelarias e Embaixadas, em coordenação com os órgãos competentes, a realizar seguimento rigoroso das ações acordadas no presente Declaração Conjunta.

Ao término de sua visita, o Presidente Pedro Castillo expressou seu agradecimento pela cordial acolhida recebida durante sua visita ao Brasil.

Porto Velho, 3 de fevereiro de 2022

Nota à imprensa nº 17, publicada em 03/02/2022

2.3. Comunicado Conjunto do Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin

Em 16 de fevereiro de 2022, o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin, manteve encontro com o Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, em visita oficial à Federação da Rússia, a convite do mandatário russo.

A reunião entre os Presidentes transcorreu em atmosfera de cordialidade e confiança mútua, reflexo dos laços históricos de amizade e cooperação entre o Brasil e a Rússia.

Os Chefes de Estado sublinharam a determinação de fortalecer a parceria estratégica, ampliar o diálogo político e elevar o relacionamento bilateral, com base nos princípios compartilhados de respeito à soberania, ao direito internacional e ao Estado de Direito. Reafirmaram o compromisso em promover um sistema internacional inclusivo, equitativo e representativo, de acordo com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas, voltado à promoção da paz, da democracia e da prosperidade para todos.

Os dois líderes destacaram a intensificação das visitas bilaterais de alto nível, bem como os resultados positivos da XI sessão da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica, realizada em outubro de 2021, em Brasília. Sublinharam a importância de que a VIII sessão da Comissão de Alto Nível de Cooperação se realize no primeiro quadrimestre de 2022, no Rio de Janeiro.

Os Presidentes saudaram o dinamismo da cooperação bilateral nas áreas de agricultura, energia, meio ambiente, defesa, ciência e tecnologia, educação e cultura.

Os Chefes de Estado saudaram a retomada do comércio bilateral ao patamar anterior à pandemia e reiteraram o interesse mútuo na ampliação e diversificação da pauta de comércio bilateral, com maior participação de mercadorias de alto valor agregado, e da cooperação econômica. As partes reafirmaram o compromisso de cooperar para o equilíbrio da balança comercial.

Os líderes convidaram os empresariados brasileiro e russo a aproveitar as oportunidades de negócios e investimentos nos dois países. Saudaram a atividade do Conselho Empresarial Rússia-Brasil e a reativação do Conselho Empresarial Brasil-Rússia como importantes alavancas dessa cooperação.

Os Presidentes constataram com satisfação o aumento do fornecimento de fertilizantes russos ao Brasil.

Destacaram a necessidade de continuar a cooperação no setor do agronegócio. As Partes sublinharam a importância da continuada interação entre as agências regulatórias do Brasil e da Rússia para ampliar o acesso aos mercados dos dois países, inclusive por meio da expansão do número de estabelecimentos habilitados a exportar produtos de natureza animal e vegetal, inclusive pescado.

Os Presidentes apreciaram o nível de cooperação entre as agências alfandegárias do Brasil e da Rússia, que visa a simplificar os procedimentos aduaneiros e garantir a segurança do comércio bilateral.

Os Chefes de Estado ressaltaram o potencial significativo de desenvolvimento da cooperação e de novos negócios no campo da energia, notando complementaridades nos setores de petróleo e gás, eficiência energética e energias renováveis. Manifestaram a intenção de aprofundar o diálogo em temas como exploração de petróleo e gás em mar, desenvolvimento de energia de hidrogênio e energia nuclear.

Os líderes notaram as perspectivas de incremento da Aliança Tecnológica Brasil-Rússia, em áreas como nanotecnologia, biotecnologia, inteligência artificial, tecnologias de informação e comunicação, pesquisas em saúde e oceanos. Dispuseram-se a estimular os contatos entre universidades, instituições de pesquisa e startups dos dois países.

Registraram a cooperação na área espacial e a implementação de projetos conjuntos nas áreas de navegação por satélite e monitoramento de detritos

espaciais. Confirmaram o interesse compartilhado em estimular a cooperação em outras esferas da atividade espacial com fins pacíficos.

Os Presidentes discutiram as perspectivas de fortalecimento da cooperação e intercâmbio militar bilateral. Registraram a primeira edição da Reunião de Consultas em Relações Exteriores e Defesa, no formato 2+2, em nível ministerial, ocorrida no quadro da visita oficial do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, a Moscou.

Os líderes coincidiram na importância de fomentar a aproximação entre os povos brasileiro e russo, cujas heranças culturais são motivo de admiração recíproca. Anotaram as iniciativas para a comemoração do bicentenário da Independência do Brasil.

As partes expressaram interesse em incentivar o intercâmbio de estudantes e a cooperação cultural, esportiva e em turismo, de maneira a favorecer o conhecimento mútuo e ampliar as relações interpessoais. Saudaram os 22 anos do estabelecimento do Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, em Joinville.

O Presidente Bolsonaro agradeceu o Presidente Putin pelo reiterado apoio russo ao Brasil como forte candidato, merecedor de um assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado, assim como à eleição do Brasil para assento não-permanente no CSNU, no biênio 2022-2023.

Os Presidentes concordaram em aprofundar a coordenação brasileiro-russa sobre temas da agenda do CSNU, com vistas a contribuir para o enfrentamento às ameaças à paz e segurança internacionais, em consonância com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas, reafirmando o compromisso com a solução pacífica de controvérsias.

Os Chefes de Estado expressaram preocupação com o aumento da instabilidade em diferentes partes do mundo, coincidindo na necessidade de que os conflitos sejam解决ados por meios pacíficos e pelo engajamento diplomático, em conformidade com o direito internacional, incluindo a Carta das Nações Unidas.

Destacando a importância do BRICS como fórum de países dedicados à promoção de uma ordem mundial multipolar, os Presidentes manifestaram-se em prol da continuação do fortalecimento da cooperação estratégica do BRICS e saudaram o avanço da interação entre os cinco países em áreas como saúde, comércio, economia e finanças, energia, ciência, tecnologia e inovação, contatos culturais e interpessoais.

Os Presidentes notaram o caráter construtivo da cooperação no âmbito do G20, que visa a promover os interesses comuns das economias emergentes e criar condições favoráveis para garantir a progressiva e equilibrada interação econômica e social internacional. Nesse contexto, reafirmaram o papel do G20 como o principal fórum de cooperação econômica internacional.

Os líderes defenderam a importância de fortalecer a Organização Mundial do Comércio, com foco na ampliação dos fluxos de comércio e investimentos e na defesa dos princípios de livre mercado.

Os Presidentes reafirmaram seu compromisso com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, destacando a importância do equilíbrio entre seus pilares ambiental, social e econômico. Saudaram as declarações dos representantes brasileiros e russos na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de Glasgow e a adoção da Declaração de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra, notando que os dois países abrigam as maiores florestas do mundo, a Amazônia brasileira e a Taiga russa. Os Presidentes coincidiram na importância de estabelecer diálogo sobre temas de proteção das florestas, com o objetivo de estimular a cooperação bilateral na área do desenvolvimento sustentável e enfrentamento da mudança do clima.

Os Chefes de Estado reafirmaram a necessidade de uso do espaço exterior para fins pacíficos e de garantir a sustentabilidade das atividades espaciais. Os Presidentes reiteraram a necessidade das ações conjuntas para prevenir a corrida armamentista no espaço exterior.

Destacaram ainda a importância da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, da Produção e do Armazenamento das Armas Bacteriológicas (Biológicas) ou Tóxicas e sobre a Sua Destrução (BWC) como um dos pilares do sistema de segurança internacional. Apontaram na necessidade de fortalecer a BWC, inclusive através da adoção de um protocolo à Convenção juridicamente vinculante.

Os Presidentes reafirmaram o compromisso com as obrigações no âmbito do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, que é a base do regime de não proliferação de armas nucleares, e sublinharam a importância da mais rápida entrada em vigor do Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares como um dos elementos chave do regime de não proliferação de armas nucleares e controle de armamentos.

Os líderes confirmaram o seu apoio à Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) e a sua firme intenção de encorajar esforços

e iniciativas que visam a reforçar a autoridade da OPAQ e a integridade da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenagem e Utilização de Armas Químicas e sobre sua Destrução.

Os Presidentes encorajaram o diálogo entre o MERCOSUL e a União Econômica Euroasiática.

O Presidente Jair Bolsonaro agradeceu a hospitalidade da parte russa durante a sua estada em Moscou e convidou o Presidente Vladimir Putin a realizar visita ao Brasil. O convite foi aceito com satisfação. As datas da visita serão acordadas pelos canais diplomáticos.

Nota à imprensa nº 24, publicada em 16/02/2022

2.4. Comunicado Conjunto – Visita Oficial do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, à Hungria – 17 de fevereiro de 2022

1. A convite dos Senhores Presidente, János Áder, e Primeiro-Ministro, Viktor Orbán, da Hungria, o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, realizou visita oficial a Budapeste no dia 17 de fevereiro de 2022. Trata-se da primeira visita de um Presidente da República brasileiro ao país centro-europeu.
2. Na capital húngara, o Senhor Presidente da República foi recebido pelo Presidente Áder, pelo Primeiro-Ministro Orbán e pelo Presidente da Assembleia Nacional, László Kövér. Em seus encontros, o Senhor Presidente da República e os mandatários húngaros reconheceram que as relações do país magiar com o Brasil foram alçadas a novo patamar político nos últimos três anos.
3. O Presidente Jair Bolsonaro e o Primeiro-Ministro Viktor Orbán recordaram que a configuração da nova realidade nas relações bilaterais foi estabelecida desde o primeiro momento do Governo do Senhor Presidente Jair Bolsonaro, quando o Senhor Primeiro-Ministro Viktor Orbán compareceu à cerimônia de posse do Chefe de Estado brasileiro, no início de 2019. Naquele mesmo ano, ocorreria, no mês de maio, a primeira visita bilateral de um Chanceler brasileiro à Hungria, reciprocada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior húngaro Péter Szijjártó, em outubro de 2019.

4. Reconhecendo a atmosfera de simpatia mútua entre os dois países, o compartilhamento de valores fundamentais e a convergência de visões no plano das relações internacionais, os mandatários húngaros e brasileiro reforçaram seu compromisso com a defesa da família, da liberdade religiosa, da liberdade econômica e da soberania das nações.
5. Os líderes dos dois países saudaram o fato de a Hungria ter sido o primeiro país da Europa Central a adquirir cargueiros militares Embraer KC-390. Essa transação, concordaram, reflete o ambiente de confiança mútua e o amadurecimento do relacionamento bilateral. Com a integração dos Embraer KC-390 à Força Aérea Húngara, os países-membros da OTAN da Europa Central e do Leste adquirem inédita capacidade de reabastecimento aéreo, demonstrando como a cooperação com a EMBRAER contribui ao fortalecimento da segurança não só na Hungria, mas em toda a região.
6. Os mandatários do Brasil e da Hungria reconheceram a importância da abertura do escritório permanente da Embraer em Budapeste, inaugurado em agosto de 2021. Externaram a expectativa de que a presença, na Hungria, de uma das mais reconhecidas empresas brasileiras possa alavancar as relações econômico-comerciais, por meio do adensamento dos laços entre atores econômicos, empresas, startups, centros de pesquisa e universidades de parte a parte.
7. O Chefe de Estado brasileiro e os Chefes de Estado e Governo da Hungria saudaram os esforços empreendidos no âmbito da Comissão Econômica Mista Brasil-Hungria para o fortalecimento do intercâmbio comercial e dos fluxos de investimentos entre os países. Relataram com satisfação que já se iniciaram os preparativos da sua próxima, sexta edição, a ser realizada em Budapeste.
8. Os governos húngaro e brasileiro identificam como igualmente promissor e mutuamente benéfico o aprofundamento da cooperação científica e tecnológica. Nesse sentido, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) e o Escritório Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Hungria estão negociando o lançamento de edital conjunto para financiamento de projetos com foco em soluções tecnológicas em gestão hídrica, eficiência energética, tecnologias de informação e comunicação e cidades inteligentes.
9. Os líderes dos dois países regozijaram-se pela excelência da cooperação educacional, com destaque para o fato de que, desde 2017, mais de

1100 estudantes brasileiros escolheram a Hungria como destino para seus estudos de nível superior, no âmbito do programa de bolsas Stipendium Hungaricum. Saudaram igualmente a decisão do atual Governo brasileiro de outorgar bolsas de estudo dos programas PEC-G e PEC-PG a estudantes húngaros.

10. Os mandatários do Brasil e da Hungria constataram que a convergência bilateral rende proveitosos frutos nas agendas birregional e internacional, com destaque para as vantagens do Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia. A Hungria, desde 2019, apoia enfaticamente os esforços de acesso do Brasil à OCDE e deseja muito sucesso para seu processo de adesão, iniciado em janeiro de 2022. A Hungria apoiou ainda a vitoriosa candidatura brasileira ao Conselho de Segurança da ONU, para o mandato 2022-2023.
11. O Chefe de Estado brasileiro celebrou a contribuição da significativa comunidade de húngaros e seus descendentes no Brasil — hoje estimada em 100 mil pessoas, que compõem organicamente o tecido social brasileiro — para o desenvolvimento do País.
12. Durante a visita do Senhor Presidente da República à Hungria, foram firmados Memorandos de Entendimento sobre Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento, Ajuda Humanitária a Cristãos Perseguidos e Cooperação em Matéria de Defesa.
13. O Senhor Presidente da República convidou os mandatários húngaros a visitarem novamente o Brasil.
14. O Senhor Presidente da República agradeceu a acolhida fraterna e calorosa que recebeu em Budapeste.

Nota à imprensa nº 25, publicada em 17/02/2022

2.5. Declaração conjunta dos Presidentes da República Cooperativa da Guiana e da República Federativa do Brasil

Declaração Conjunta de Sua Excelência Dr. Mohamed Irfaan Ali, Presidente da República Cooperativa da Guiana, e Sua Excelência Jair Bolsonaro, Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião da visita do Presidente Bolsonaro a Georgetown, em 6 de maio de 2022.

1. Sua Excelência o Dr. Mohamed Irfaan Ali, Presidente da República Cooperativa da Guiana, deu as boas-vindas a Sua Excelência Jair

Bolsonaro, Presidente da República Federativa do Brasil, que chefiou uma delegação de alto nível em visita oficial a Georgetown em 6 de maio de 2022, em resposta a convite do Presidente Ali.

2. Os dois Presidentes e suas respectivas delegações mantiveram discussões abrangentes sobre temas bilaterais, regionais e globais. Refletiram sobre os desafios enfrentados na atual conjuntura, incluindo aqueles relacionados com a paz e segurança internacionais e os ocasionados pela pandemia de COVID-19 e pela mudança do clima, e reafirmaram a importância de uma ação multilateral fortalecida, em favor do interesse dos povos de seus respectivos países e da comunidade mais ampla de nações.
3. Os dois Presidentes ressaltaram os valores compartilhados pelos dois países, incluindo o respeito à democracia e ao Estado de Direito, a proteção e a promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais e o compromisso com o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões. Sublinharam ainda a observância pelos dois países do Direito Internacional e das disposições da Carta das Nações Unidas, incluindo o respeito à soberania e à integridade territorial e a solução pacífica de controvérsias.
4. Os dois Presidentes expressaram profunda preocupação com a situação na Ucrânia e fizeram chamamento a um cessar-fogo, à resolução pacífica do conflito e ao respeito ao Direito Internacional, incluindo aos princípios de não-intervenção, integridade territorial e proibição de ameaça ou uso da força. Os dois Chefes de Estado também defenderam uma solução diplomática para enfrentar os crescentes desafios humanitários no terreno. Expressaram ainda preocupação em relação aos impactos econômicos e sociais do conflito, incluindo os efeitos de sanções, sobre a segurança alimentar no mundo em desenvolvimento.
5. Os dois Presidentes reafirmaram o compromisso de fortalecer os duradouros laços de amizade e de cooperação que existem entre os dois países e de consolidar uma parceria ampliada para o futuro, com o objetivo de incrementar a integração, promover o desenvolvimento sustentável e fazer avançar o bem-estar de seus povos.
6. Os dois Presidentes passaram em revista o estado das relações entre os dois países e tomaram nota do progresso alcançado na cooperação em um amplo conjunto de temas e setores. Reconheceram que a atual

conjuntura, caracterizada por perspectivas ampliadas de avanço econômico e social, representa ponto de inflexão e oportunidade de transformação para as relações bilaterais. O Presidente Ali e o Presidente Bolsonaro concordaram em intensificar o engajamento e a colaboração com foco imediato nas seguintes áreas:

7. Os dois Presidentes reconheceram a importância central da integração em infraestrutura para o pleno aproveitamento do potencial dos dois países e da região. Decidiram estabelecer um grupo de trabalho bilateral com o objetivo de avaliar os potenciais benefícios de um corredor rodoviário Boa Vista-Georgetown em matéria de fluxos de comércio e de investimentos, bem como de identificar possíveis necessidades de assistência técnica e possíveis parceiros privados e instituições financeiras internacionais que possam contribuir para a iniciativa. Nesse sentido, também instruíram suas equipes a acordar, até o terceiro trimestre de 2022, as medidas necessárias para viabilizar a plena implementação do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas Brasil-Guiana. Concordaram em avançar no processo de implementação do Memorando de Entendimento (MdE) assinado em novembro de 2020 para os Estudos de Viabilidade Técnica relativos à implantação de rota óptica entre a Guiana e o Brasil.
8. O Presidente Ali salientou que a construção de um porto de águas profundas na Guiana, conectado a um futuro corredor rodoviário, poderia ter impacto benéfico no desenvolvimento do comércio entre os dois países e para além destes. A possibilidade de uma ligação ferroviária complementar entre os dois países foi também suscitada nesse contexto.
9. Os dois Presidentes observaram que os desenvolvimentos em curso no setor de energia em seus respectivos países abrem espaço para ampliação da agenda bilateral em matéria de cooperação energética, incluindo aspectos ambientais. Reconheceram a valiosa cooperação em andamento por meio da troca de experiências e de conhecimentos. Manifestaram interesse em fortalecer o intercâmbio de informações entre os dois países sobre os respectivos planos nacionais de energia, a troca de experiências em matéria regulatória no setor de petróleo e gás, bem como a colaboração na prevenção de acidentes por derramamento de petróleo. O presidente Ali reiterou o convite da Guiana a investimentos brasileiros no setor de energia.

10. Os dois Presidentes ratificaram a importância da colaboração no campo da interconexão elétrica entre Brasil, Guiana, Guiana Francesa e Suriname, e incentivaram o Banco Interamericano de Desenvolvimento a prosseguir com a nova fase dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, no âmbito do Memorando de Entendimento assinado em 2019 por aquela instituição e empresas de energia dos países interessados.
11. Os dois Presidentes comprometeram-se a ampliar o alcance e a expandir as disposições do Acordo de Alcance Parcial entre os dois países. Coincidiram quanto à importância de ampliar e diversificar o comércio agrícola bilateral. Concordaram também em trabalhar para a plena operacionalização do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos.
12. Os Mandatários saudaram a perspectiva de realização, nas próximas semanas, de seminário virtual bilateral que envolverá as comunidades empresariais dos dois países, a ser coordenado, do lado brasileiro, pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), com foco em novas oportunidades no setor de petróleo e gás.
13. Os dois Presidentes concordaram em buscar maior colaboração na área de agricultura e segurança alimentar, por meio do compartilhamento de informações e de melhores práticas, da maior cooperação entre instituições de pesquisa dos dois países e da promoção de investimentos. O Presidente Ali convidou o Brasil a associar-se aos esforços para fazer avançar a Agenda de Sistemas Agroalimentares da CARICOM, que tem o objetivo de contribuir para o aumento da segurança alimentar e nutricional na região.
14. O Presidente Ali convidou o Brasil a considerar a possibilidade de cooperar com a Guiana no desenvolvimento da indústria de bauxita, à luz da nova conjuntura energética e da importância do alumínio em aplicações de tecnologias limpas.
15. Os dois lados tomaram nota da substantiva cooperação já desenvolvida entre os dois países nas áreas de segurança e defesa.
16. Os dois Presidentes reconheceram a necessidade de contínua e ampliada colaboração e diálogo em questões de segurança, tendo em vista as crescentes ameaças representadas pelo crime organizado transnacional, como tráfico de drogas, tráfico de pessoas, corrupção e mineração

illegal. Os Presidentes saudaram a ampliação da cooperação entre os órgãos de segurança dos dois países e reafirmaram a importância de promover o intercâmbio de inteligência policial entre os órgãos competentes de ambos os países. Concordaram também em explorar a possibilidade de negociação de projetos específicos relacionados ao uso de imagens de sensoriamento remoto, como ferramenta eficaz de cooperação para prevenir e combater o crime organizado transnacional em seus territórios.

17. O Presidente Ali saudou o convite feito pelo Brasil para a participação de policiais guianenses em atividades de treinamento e em operações conjuntas promovidas pelo Centro Cooperação Policial Internacional, mantido pela Polícia Federal do Brasil, no Rio de Janeiro.
18. O Presidente Ali expressou o sincero apreço da Guiana pelo tradicional apoio oferecido pelo Brasil no treinamento de militares guianenses. As partes concordaram em concluir a negociação da Emenda ao Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa, a fim de dinamizar ainda mais a cooperação.
19. Os Presidentes reconheceram o importante papel que as comunidades fronteiriças da Guiana e do Brasil desempenham no desenvolvimento das relações entre os dois países. Concordaram em assegurar que os entendimentos voltados ao tratamento de questões específicas dessas comunidades sobre comércio e cooperação consular sejam implementados de forma plena e efetiva.
20. Os Presidentes concordaram em fortalecer o diálogo bilateral e a colaboração em temas consulares e migratórios. Nesse contexto, decidiram convocar a sétima reunião do Grupo de Cooperação Consular bilateral em 2022.
21. Os dois Presidentes expressaram satisfação pelo sucesso do Programa de Cooperação Técnica Brasil-Guiana ao longo dos anos e destacaram a importância de dar novo impulso à agenda de cooperação bilateral, com a convocação da segunda Reunião do Grupo de Trabalho bilateral sobre Cooperação Técnica, em 2022.
22. O Presidente Ali expressou a sincera gratidão da Guiana ao presidente Bolsonaro pelo generoso apoio prestado pelo Brasil na área da saúde, particularmente por meio de doações regulares de medicamentos e da oferta recente de vacinas contra a COVID-19 e várias outras

doenças. O presidente Bolsonaro também agradeceu o apoio da Guiana ao Brasil no combate à filariose.

23. Os dois Presidentes testemunharam a assinatura dos seguintes acordos bilaterais:

- Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Civil;
- Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal.

24. Celebraram também a conclusão das negociações, no contexto da preparação da visita, dos seguintes acordos, manifestando a expectativa de que sejam assinados em breve pelas autoridades competentes:

- Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana sobre Transferência de Pessoas Condenadas;
- Acordo de Cooperação Interinstitucional entre a Polícia Federal da República Federativa do Brasil e a Força Policial da República Cooperativa da Guiana;
- Termo de Cooperação Interinstitucional entre a Polícia Rodoviária Federal da República Federativa do Brasil e Força Policial da República Cooperativa da Guiana sobre Cooperação para o Intercâmbio de Informações sobre Segurança Pública, Prevenção e Combate ao Crime Organizado.25. Os dois Presidentes saudaram o resultado das discussões realizadas em Paramaribo, em 20 de janeiro de 2022, com Sua Excelência Chandrikapersad Santokhi, Presidente da República do Suriname. Reafirmaram seu compromisso com o avanço da cooperação entre Brasil, Guiana e Suriname para o desenvolvimento sustentável da parte norte do continente sul-americano. Congratularam seu colega, o Presidente Santokhi, pela iniciativa.

25. Em nível regional, os dois Presidentes reafirmaram seu compromisso com a integração da região e com a preservação da América Latina e do Caribe como zona de paz e desenvolvimento sustentável. Concordaram quanto à necessidade de aprofundar a integração da América Latina e do Caribe, incluindo a busca por uma cooperação

mais estreita e pela troca de experiências entre o MERCOSUL e a CARICOM.

26. Comprometeram-se a trabalhar para o fortalecimento das instituições regionais e hemisféricas, incluindo a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, o Foro para o Progresso e Integração da América do Sul e a Organização dos Estados Americanos.
27. Os dois Presidentes coincidiram quanto à importância de que sejam observados os princípios da solução pacífica e da integridade territorial, no marco do Direito Internacional, na solução de quaisquer controvérsias na região.
28. Os dois Presidentes concordaram que todas as oportunidades devem ser aproveitadas para manter o diálogo entre ambos e entre os dois países.
29. O Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, expressou gratidão ao governo e ao povo da Guiana pela calorosa recepção e pela hospitalidade estendida a ele e à delegação brasileira durante a visita.

Publicado em Georgetown no dia 6 de maio de 2022

Nota à imprensa nº 72, publicada em 06/05/2022

2.6. Declaração Conjunta do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos França, e do Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Francisco Bustillo

Os senhores ministros de Relações Exteriores do Uruguai, Francisco Bustillo, e do Brasil, Carlos França, mantiveram um encontro oficial em 9 de junho de 2022, em Los Angeles.

Ambos os ministros expressaram sua satisfação pelo excelente estado das relações bilaterais e destacaram os vínculos de amizade e cooperação que unem ambos os povos.

Coincidiram em que o nível atual da Tarifa Externa Comum do MERCOSUL, mesmo quando se consideram suas exceções, não reflete as necessidades atuais do bloco e que sua redução contribuirá para aumentar os níveis de competitividade e produtividade de suas economias. Nesse sentido, o Uruguai

indicou seu apoio à proposta de redução horizontal da Tarifa Externa Comum em discussão no MERCOSUL.

Coincidiram na necessidade de modernizar o bloco e na centralidade de sua agenda externa, a qual, para adquirir maior dinamismo, deve possuir, entre outros, formatos e mecanismos flexíveis, que respondam às especificidades de diferentes situações e atendam aos interesses e sensibilidades de cada um dos quatro sócios.

Nesse contexto, o Uruguai informou sobre os desenvolvimentos de sua agenda externa, em particular aqueles que vem mantendo com países de extrazona, com o objetivo de fortalecer e melhorar a inserção internacional do país.

O Brasil assinalou sua disposição de conferir prioridade ao tema das flexibilidades negociadoras no âmbito do MERCOSUL e reiterou a importância que atribui à intensificação e diversificação da agenda de relacionamento externo do bloco.

Ambos os países reafirmaram a importância de ampliar seus acordos comerciais bilaterais a fim de expandir os fluxos comerciais e conferir a eles previsibilidade e segurança jurídica. Nesse sentido, acordaram as condições para o acesso preferencial de mercadorias produzidas em zonas francas e áreas aduaneiras especiais situadas na República Oriental do Uruguai e na República Federativa do Brasil, assim como o requisito técnico da erva-mate.

Com relação a outros temas relevantes da agenda bilateral, assinalaram a importância dos projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável entre os dois países, entre os quais se destacam o desenvolvimento das Bacias da Lagoa Mirim e do Rio Quaraí, a segunda ponte sobre o Rio Jaguarão e a restauração da Ponte Internacional Barão de Mauá, assim como a factibilidade da navegação no Alto Uruguai.

Acordaram retomar a pronta convocação dos Comitês de Fronteira e registraram com satisfação a convocação da Primeira Reunião do Comitê de Integração Fronteiriça Trinacional.

Destacaram que a habilitação da Hidrovia Uruguai-Brasil para o relançamento efetivo da navegação comercial entre os dois países constitui um passo fundamental para a integração física bilateral e recordaram o encontro entre os Presidentes de ambos os países, Luis Lacalle Pou e Jair Bolsonaro, em 2 de fevereiro de 2021, o qual constituiu um marco no avanço e concretização desses temas.

Celebraram a entrega às autoridades brasileiras dos estudos de viabilidade econômica do projeto da Hidrovia Uruguai-Brasil no marco do Decreto presidencial brasileiro de 16 de novembro de 2021, que se integra ao Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Registraram o incremento da participação da energia elétrica no comércio bilateral, congratulando-se pelos encontros ministeriais mantidos até o momento, em áreas como comercialização de energia, mobilidade elétrica e energias renováveis. Sublinharam que a energia demonstrou ser um fator central para potencializar as relações bilaterais, bem como para fortalecer a integração regional de infraestrutura no MERCOSUL.

CARLOS FRANÇA
Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

FRANCISCO BUSTILLO
Ministro das Relações Exteriores do Uruguai

Publicado em 09/06/2022

3. DISCURSOS

3.1. Declaração do Representante Permanente Embaixador Ronaldo Costa Filho no Debate do Conselho de Segurança da Nações Unidas sobre a Questão da Ucrânia, em 21 de fevereiro de 2022

Senhor Presidente,

Quando esta Organização foi criada, em 1945, confiou ao Conselho de Segurança a responsabilidade primária pela manutenção da paz e segurança internacionais. A tensão dentro e ao redor da Ucrânia está-se agravando diariamente – na verdade, a cada hora –, tornando esta citação habitual da Carta de extraordinária importância e relevância.

Todos sabemos como a situação tornou-se crítica. O Brasil vem acompanhando os últimos acontecimentos com extrema preocupação. Nas atuais circunstâncias, nós, neste Conselho, em representação da comunidade internacional, devemos reiterar os apelos à imediata desescalada e nosso firme compromisso de apoiar os esforços políticos e diplomáticos para criar as condições para uma solução pacífica para esta crise.

O sistema de segurança coletiva das Nações Unidas baseia-se, em última análise, no pilar do direito internacional. Este, por sua vez, está assentado em princípios fundamentais consagrados na Carta: a igualdade soberana e a integridade territorial dos Estados-Membros; a restrição no uso ou na ameaça de uso da força; e a solução pacífica de controvérsias. No entanto, nosso pilar e nossos princípios não produzirão resultados a menos que as preocupações legítimas de todas as partes sejam levadas em consideração, e a menos que haja pleno respeito pela Carta e pelos compromissos existentes, como os Acordos de Minsk.

Nesse sentido, renovamos nosso apelo a todas as partes interessadas para que mantenham o diálogo com espírito de abertura, compreensão, flexibilidade e senso de urgência para encontrar caminhos para uma paz duradoura na

Ucrânia e em toda a região. Um primeiro objetivo inescapável é obter um cessar-fogo imediato, com a retirada abrangente de tropas e equipamentos militares no terreno. Tal desengajamento militar será um passo importante para construir confiança entre as partes, fortalecer a diplomacia e buscar uma solução sustentável para a crise. Acreditamos firmemente que este Conselho deve cumprir sua responsabilidade central de ajudar as partes a se engajarem em um diálogo significativo e eficaz para alcançar uma solução que aborde efetivamente as preocupações de segurança na região. Não nos enganemos: no final das contas, estamos falando sobre a vida de homens, mulheres e crianças inocentes no terreno.

Muito obrigado.

3.2 Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Inauguração do Vice-Consulado do Brasil em Orlando (EUA), em 11 de junho de 2022

Senhor Prefeito de Miami, Francis X. Suarez, satisfação em revê-lo, fiquei muito feliz em reencontrá-lo.

Prezado Arthur Lira, presidente da Câmara, senhoras deputadas, ministros, É uma cerimônia simples, mas de extrema importância para um pedaço do nosso Brasil. Não apenas os 400 mil que reside na região, bem como em época de férias multiplica-se por 3 esse efetivo. Quem aqui trabalha, já falei com ministro França, que esse efetivo tem que ser reforçado. Eu tenho noção disso porque já trabalhei em algo parecido com isso no Exército Brasileiro. É, esse nosso pedaço do Brasil faz um bem enorme para os nossos irmãos que estão por aqui, porque eles procuram os mais diversos serviços, por vezes tinham que viajar dezenas, aliás centenas de quilômetros para ver seu problema resolvido.

Aqui também, Lira teremos urnas que, como no mundo todo, em 2018, nós ultrapassamos a 90% os votos conseguidos nessas regiões. E aqui é um retrato da grande parte sadia do povo brasileiro, que busca oportunidades, que não conseguem em seu país, ou o que acompanha os parentes, bem-sucedido fora do mesmo.

Eu confessei para o Joe Biden que desde criança eu sempre admirei o povo americano. Temos muita identidade, em especial na questão de valores no tocante à liberdade de religião, e essa Liberdade também, que é o bem

maior que qualquer um povo pode ter: a liberdade de expressão é a liberdade na sua forma mais ampla possível.

E falei também com ele que sobre o mundo vem sofrendo com alguns que procuram cercear esse bem maior, e o Brasil não foge disso. Mas, entendo que temos um grande apoio no Parlamento, tem um executivo que eu posso falar que é unânime, porque eu decido, e nós buscamos manter essa identidade do Brasil para com o mundo.

A todos vocês que trabalham aqui, os servidores, prezado França, parabéns pela sua iniciativa. Sempre falei desde o começo, nós temos que nos antecipar a problemas, e isso é importantíssimo, até na questão de obras no Brasil. Eu falei que não quero uma grande obra para mim, eu quero é concluir obras.

E uma das coisas fantásticas que concluímos foi a transposição do São Francisco, a obra começou com o Dom Pedro; mas entendo que a Presidência é uma missão, uma missão de Deus, porque não é fácil estar à frente do Executivo, eu era feliz na Câmara e não sabia, lá dá para você ter seus momentos de tranquilidade durante a semana, aqui, raro o domingo que eu tenho um momento de tranquilidade, mas é passageiro.

Eu só peço a Deus, Arthur Lira, lá na frente, bem lá na frente, poder entregar para quem me suceder, democraticamente, um Brasil bem melhor do que aquele que recebi em janeiro de 2019.

Um abraço nos homens, um beijo nas mulheres.

Muito obrigado.

3.3. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Encontro com a comunidade brasileira em Orlando (EUA), em 11 de junho de 2022

Bom dia e muito obrigado a todos vocês.

Eu tenho um pedido mais do que Salomão pediu no passado, que foi a sabedoria. Eu peço também, força para resistir e coragem para decidir.

O mundo vive problemas sérios, na questão econômica com pós-pandemia e uma guerra, reflexo para todos nós. Mas, entendo que tem algo mais importante do que isso, que o primeiro momento a gente vive, o segundo é mais complexo.

Entendo, em muitos países está havendo uma luta do bem contra o mal. Nós temos algo muito importante para defender: temos princípios, temos uma tradição e temos uma liberdade.

Nós somos contra o aborto, contra a ideologia de gênero, contra a legalização das drogas; defendemos a família, a propriedade privada, a liberdade do armamento. Somos pessoas normais. Podemos até viver sem oxigênio, mas jamais sem liberdade. É com esse espírito, que ao longo de 28 anos, lutei dentro do Parlamento, e há 3 anos, à frente do Executivo Federal.

Algumas pessoas importantes me acompanham nessa viagem, como o presidente da Câmara, Arthur Lira, duas parlamentares, alguns ministros, e isso é muito bom. Essa experiência de fora do Brasil é muito bem-vinda.

Ontem estive com o presidente Joe Biden, que é o presidente dos Estados Unidos. Tive um excelente relacionamento com o Trump no passado, mas as políticas são e têm que ser duradouras.

O povo sempre decide. Eleições limpas, confiáveis e transparentes, é o que nós queremos para o nosso Brasil. Aqui trouxe a mensagem que é de conhecimento dele e muito de vocês: Hoje, o mundo passa fome sem o Brasil. O Brasil é uma potência na energia de transição, o hidrogênio verde, é uma realidade. Já começa a sair da prancheta, sonhos nossos de um passado não muito distante, e a confiança é que o mundo tem no governo brasileiro, na sua equipe, por acima de tudo, honrar contratos, e dar a devida retaguarda e estabilidade política também.

Vocês, em grande parte, aqui estão com um objetivo, e nós esperamos que tenham bastante felicidade nesse objetivo. Por vezes, somos obrigados a deixar a nossa terra natal, buscando alternativas em locais distantes, mas vocês bem sabem, não existe país mais bonito, acolhedor e com um povo maravilhoso que o nosso Brasil.

Como chefe do Executivo, eu tenho que zelar por todos, até aqueles que nos atacam, que não sabem o que é, ou não querem ver o que será do nosso país se não formos para um caminho de um outro grande país, o país mais rico do mundo, em reserva de petróleo, ali mais ao norte do Brasil.

Não basta termos um país rico, se a sua política, às suas autoridades tem um outro pensamento, tem o poder pelo poder. A democracia é maravilhosa, mas devemos zelar por ela todos os dias, e não de 4 em 4 anos.

Eu peço a Deus que esteja no caminho certo para que possamos cada vez mais nos orgulhar da nossa Pátria. Estamos indo muito bem na economia.

Eu, talvez, tenha sido o único chefe de Estado do mundo contra a política de lockdown. Compramos as vacinas para quem quis e não exigir, não obriguei que ninguém as tomasse. Isso chama-se liberdade.

Nós devemos decidir o nosso futuro, cada um da sua forma, pensamento, que a liberdade que nós temos, termina apenas onde começa a do outro. Repito, ninguém tem o que nós temos.

Nas minhas viagens pelo mundo, uma das mais marcantes foi Israel. Eu sempre digo no Brasil: Olha o que eles não têm, eles não têm nada. Não tem biodiversidade, não têm florestas, não têm terras agricultáveis, não têm minérios, mas olha o que eles são, agora olhe o que nós somos, nós temos tudo. Temos tudo, e olha o que nós não somos. Onde está o problema? O problema está nas decisões que cada um de vocês tomam. Decisões nas quais, por vezes, nós somos escravos dela até para eternidade. Devemos decidir, não com a emoção ou com o coração, mas com a razão. Se assim agirmos, podemos esperar o bem para todos nós, até para aqueles que pensam de maneira diferente. Devemos aprender com o erro dos outros e não buscar soluções que não deram certo em nenhum outro país do mundo. Vocês bem sabem do que eu estou falando.

Estive aqui na pré-campanha, fui muito bem recebido, assim como é pela comunidade japonesa em 3 cidades do Japão, comandado por uma brasileira que estava lá. Essa andança pelo mundo nos traz experiências diferentes que levamos para a nossa terra, e o que eu mais peço a vocês: Orações e entendimento, porque nós não podemos errar.

Creio que aquela primeira fase da passagem bíblica do João 8:32, já é uma realidade, a verdade. A outra que diz: por falta de conhecimento, o meu povo pereceu.

Entendo que vocês hoje já conhecem o que é a política de verdade no Brasil, e a última, está mais afeta a mim. Sei da minha responsabilidade, dos desafios e da missão que Deus botou para que eu cumprisse. É aquela passagem que diz: Nada temais, nem mesmo a morte, a não ser a morte eterna.

Muito obrigado a todos vocês por esse momento.

Deus abençoe os Estados Unidos e o Brasil.

3.4. Apresentação do Presidente da República, Jair Bolsonaro, sobre o sistema eleitoral brasileiro, feita ao corpo diplomático em 18 de junho de 2022

O Brasil é um país fantástico. 8,5 milhões de quilômetros, riquíssimo em biodiversidade, minerais, terras agricultáveis, áreas para turismo, água potável, uma coisa enorme chamada Amazônia. Ou seja, o Brasil, pela sua extensão territorial, pelas suas riquezas, está integrado no mundo todo. O Brasil faz negócios com praticamente o mundo todo, tem adotado uma posição de equilíbrio em conflitos, buscamos a paz, trabalhamos por isso, preservamos a nossa democracia. Até o momento, uma só palavra minha houve fora do que eu chamo de 4 linhas da nossa Constituição. Nós respeitamos as leis.

Me elegi Presidente da República gastando menos de US\$ 1 milhão. Repito, gastando menos que US\$ 1 milhão e dentro de um leito de hospital, após sofrer um atentado de uma facada de um elemento de esquerda e cujo inquérito não foi concluído, apesar dos enormes indícios de interesses outros se fazerem presentes. Mas isso é uma questão interna nossa, gostaria de ver esse inquérito concluído para chegar nos mandantes, a tentativa de homicídio.

Sou capitão do exército brasileiro, fiquei 15 anos no exército, fui vereador no Rio de Janeiro por 2 anos e 28 anos dentro da Câmara dos Deputados. Conheço muito bem nosso sistema. Conheço muito bem a política brasileira. Fiz uma campanha sem recurso, mas que começou 4 anos antes do pleito, depois da reeleição da senhora Dilma Rousseff. E, andando pelo Brasil sozinho, 3 anos sozinho andando pelo Brasil, juntando multidões, fiz a minha campanha.

Tudo que vou falar aqui, está documentado, nada da minha cabeça. O que eu mais quero para o meu Brasil é que a sua liberdade continue a valer também, obviamente, depois das eleições. O que eu mais quero, por ocasião das eleições, é a transparência. Porque nós queremos que o ganhador seja aquele que realmente seja votado. Nós temos um sistema eleitoral que apenas 2 países no mundo usam. No passado, alguns países tentaram usar, começaram até a usar esse sistema e rapidamente foi abandonado. Repito, o que nós queremos são eleições limpas, transparentes, onde o eleito realmente refletia a vontade da sua população.

Teria muita coisa a falar aqui, mas eu quero me basear exclusivamente em um inquérito da Polícia Federal e foi aberto após o 2º turno das eleições de 2018, onde um hacker falou que tinha havido fraude por ocasião das eleições. Falou que ele tinha invadido, o grupo dele, o TSE. O Tribunal Superior Eleitoral. Obviamente, quando se fala em manipulação de números após eleições, quem

manipula é quem ganhou. Não seria eu o manipulador. E a Polícia Federal começou, então, a apurar. Se houve ou não manipulação e de quem seria a responsabilidade.

Então, tudo começa nesta denúncia que foi de conhecimento do Tribunal Superior Eleitoral, onde o hacker diz, claramente, que ele teve acesso a tudo dentro do TSE. Disse mais: obteve acesso aos milhares de códigos-fontes, que teve acesso à senha de um ministro do TSE, bem como de outras autoridades, várias senhas ele conseguiu. E obviamente, a senhora ministra do TSE na época e também do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, fez com que o inquérito fosse instalado.

Então, temos aqui a instauração do inquérito. Segundo o TSE, os hackers ficaram por 8 meses dentro dos computadores do TSE. Com código-fonte, com senhas e muito à vontade dentro do Tribunal Superior Eleitoral. E, diz ao longo do inquérito que eles poderiam alterar nomes de candidatos, tirar voto de um, transferir para outro. Ou seja, o sistema, segundo documento do próprio Tribunal Superior Eleitoral e conclusão da Polícia Federal, é um processo aberto a muitas maneiras de se alterar o processo de votação. Então, de imediato, a Polícia Federal pediu o tal de Logs, né, que é a impressão digital do que acontece dentro do sistema informatizado. O que é natural também, é que o órgão invadido fornecer os Logs independente de pedidos. A Polícia Federal pediu os Logs que podiam ser entregues no mesmo dia ou no dia seguinte, mas, sete meses depois, segundo documentos comigo, o TSE informou que os Logs haviam sido apagados.

E, uma coisa muito importante, esse inquérito, aberto no mês seguinte do segundo turno eleições de 2018, até hoje não foi concluído ainda. Diz aqui o próprio TSE e conclusões da própria Polícia Federal: ‘O atacante invasor conseguiu copiar toda a base de dados’. Repito, conseguiu a senha de um ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Também a senha do coordenador de Infraestrutura, Cristiano Andrade, que é a pessoa de confiança do chefe de TI chamado Giuseppe Janino.

Então, prosseguindo, o invasor teve acesso a toda a no TSE toda a base de dados por 8 meses. É uma coisa que, com todo o respeito, eu sou o presidente da República do Brasil, eu fico envergonhado de falar isso aí. O que é comum, né, acontecer em alguns países do mundo, é o chefe do Executivo conspirar para conseguir uma reeleição. Estamos fazendo exatamente o contrário, porque temos pela frente 3 meses até as eleições. Mais na frente, tudo que eu falo aqui ou é conclusão da PF ou é diretamente informações prestadas pelo TSE.

O senhor secretário atesta, categoricamente, que o invasor obteve domínio sobre usuários e senhas, que permite a alteração de dados de partidos e candidatos. Até mesmo a sua exclusão, no contexto do processo eleitoral'. Ou seja, esse grupo de invasores puderam até mesmo excluir nomes e, mais, trocar votos entre candidatos. E o que aconteceu depois de tudo isso? Eu tive acesso a esse inquérito no ano passado, divulguei, é um inquérito que não tem qualquer classificação sigilosa e, ao divulgar, o ministro Alexandre de Moraes abre o inquérito para me investigar sobre vazamento. Em depoimento, o delegado encarregado do inquérito foi bem claro, o inquérito não tinha qualquer classificação sigilosa. Foi instada a Corregedoria da Polícia Federal, que disse a mesma coisa. E como envovia um outro deputado, que teve acesso a esse documento, também, a Procuradoria da Câmara dos Deputados, que o inquérito não tinha qualquer classificação sigilosa.

O que nós entendemos aqui no Brasil é que, quando se fala em eleições, elas têm que ser totalmente transparentes, coisa que não aconteceu em 2018. Também, a Polícia Federal, depois que demorou 7 meses para o TSE informar que os Logs já haviam sido apagados, repito, eles poderiam ser fornecidos de forma espontânea ou através do requerimento, no mesmo dia, ou no dia seguinte.

Então, 7 meses depois, o TSE informou que os Logs tinham sido apagados. E a Polícia Federal concluiu, pela total falta de colaboração do TSE para com a apuração, do que os hackers tinham feito ou não por ocasião das eleições de 2018. E repito, até hoje esse inquérito não foi concluído. Entendo que não poderíamos ter tido eleições em 2020 sem apuração total do que aconteceu lá dentro. Porque o sistema é completamente vulnerável, segundo o próprio TSE, e obviamente a conclusão da Polícia Federal.

Só 2 países do mundo usam esse sistema eleitoral nosso. Vários outros países ou não usam ou começaram a usá-lo ou chegaram à conclusão de que não era o sistema confiável porque ele é inauditável. É impossível fazer uma auditoria em eleições aqui no Brasil. E, agora, a fotografia de alguns países, com toda certeza tem gente aqui da Inglaterra, França, Irlanda, Alemanha, Hong Kong, Coréia do Sul, Japão. Olha, o pessoal está acompanhando a apuração. No Brasil, não tem como acompanhar a apuração. Eu não sei o que vem fazer os observadores de fora aqui. Vão fazer o quê? Vão observar o que? Se o sistema é falho, segundo o próprio TSE, é inauditável também segundo uma auditoria externa pedido por um partido político, no caso, o PSDB, em 2014. E, com todo respeito, 8 meses passeando dentro dos computadores do TSE, esse grupo de hacker, será que o TSE não sabia? Vamos continuar? Mais

outros países: Taiwan, Rússia, Suíça, Noruega, Itália, Israel. O pessoal tem o que observar. Aqui no Brasil os observadores que, porventura, vierem para cá, eu queria saber o que eles vão observar aqui.

Em 2014, a conclusão foi de que houve uma dúvida grave. Quem ganhou as eleições? Daria um capítulo, mas eu não vou entrar nesse capítulo aqui. Já está bem bastante curioso o que aconteceu em 2014. A Polícia Federal, nesses momentos, recomendou o voto impresso. Manteriam o sistema eleitoral nosso, mas seria impressora do lado da urna. Onde não haveria contato manual por parte do eleitor e, após a confirmação do voto, o papel cairia dentro de uma urna e essa urna seria então utilizada na mais na frente para uma contagem física caso houvesse dúvidas sobre quem ganhou as eleições. Então, a documentação do próprio TSE também conclui aqui que não há como fazer uma correspondência entre um eleitor específico e seu voto. Ninguém quer descobrir o voto daquela pessoa para quem ela escreveu ali ou para quem ela queria votar, não é isso. Esse sistema aqui é impossível fazer qualquer relação com correlação entre o eleitor e o seu voto. Aqui mais uma vez junto, parecer da Polícia Federal em 2018 recomendando que fossem evitados todos os esforços para que possa existir o voto impresso para fins de autoria, também ignorados. Por 4 vezes o parlamento brasileiro, com a minha participação em todas elas, nós aprovamos o voto impresso ao lado da urna eletrônica sem contato manual do eleitor com o voto, e o Supremo Tribunal Federal disse que era constitucional. Inconstitucional no quê?

Deixo claro que quando se fala em ministro Fachin, ele foi o responsável por tornar Lula elegível. Numa interpretação de um dispositivo constitucional, o Lula estava preso, e o Supremo entendeu que a prisão só poderia acontecer em última instância na 4^a instância. Então, ele foi condenado em 1^a instância, 2^a instância, 3^a instância, todos os placares por unanimidade e estava cumprindo pena de prisão. Com a reinterpretação do Supremo Tribunal Federal, ele foi para rua. Mas como ele, Lula, estava em liberdade, mas as condenações estavam valendo, o próprio ministro Fachin, relator do processo, resolveu tornar o Lula elegível. Então, por 3 a 2, o Supremo Tribunal Federal não inocentou, simplesmente anulou os julgamentos voltando para a 1^a instância, o senhor Luiz Inácio Lula da Silva. Ao voltar para a 1^a instância, ele reconquistou a possibilidade de ser elegível.

Em setembro de 2021, o ministro Barroso, por portaria, resolveu convidar algumas instituições, entre elas Forças Armadas, a participarem de uma comissão de transparéncia eleitoral. As Forças Armadas não se meteram nesse processo. Foram convidados. Ao serem convidadas, nós temos um comando

de defesa cibernética que todos os outros países têm também e, como foram convidados, começaram a trabalhar para apresentar soluções, sugestões, para que o ocorrido nas eleições de 2018 não viesse ocorrer novamente.

Continua então o senhor Barroso me atacando. Deixo bem claro, por que que o senhor Barroso foi escolhido pelo governo do PT para ser ministro do Supremo Tribunal Federal? Porque ele trabalhou para que o terrorista César Battisti ficasse no Brasil. E, no último dia do presidente Lula em 2010, Battisti conseguiu a condição de refugiado no Brasil, graças ao trabalho do Barroso, que era advogado naquela época, o terrorista César Battisti prevaleceu no Brasil. Graças a isso, certamente pegou confiança no Partido dos Trabalhadores e foi indicado para o Supremo Tribunal Federal.

Então, essa acusação que eu vazei dados por inquérito, que é ostensivo, não tem qualquer classificação sigilosa. É uma acusação simplesmente infundada. Carece de base, de amparo legal. É uma acusação mentirosa, nada existe no inquérito. O inquérito como o próprio depoimento do delegado encarregado mesmo da corregedoria da PF e da Procuradoria da Câmara dizendo do inquérito não tinha qualquer cartão sigiloso. E, se tivesse, estava errado. Porque, quando se fala em eleições, vem à nossa cabeça transparência. E o senhor Barroso também com o seu Fachin, começaram a andar pelo mundo me criticando, como se estivesse preparando um golpe por ocasião das eleições. É exatamente o contrário o que está acontecendo. O Barroso, nos Estados Unidos, faz uma palestra como se livrar de um presidente. Ele era presidente do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal. A gente não tem notícias de pessoas que ocupam essa Corte nos países e que fique falando, dando entrevista, dando palestras e colocando a sua opinião pessoal sobre esse ou aquele governo. Lamentável a ação do ministro Barroso pelo mundo. Isso atrapalha o Brasil. Repito, os senhores nunca ouviram uma só palavra minha de censurar a mídia. De derrubar página alguém que me critique, de prender deputado, nunca mandei prender nenhum deputado. Quem prendeu foi outro colega deles, Alexandre Moraes.

[Reprodução de vídeo com declaração do Ministro Luís Roberto Barroso]

Bem, não é o Tribunal Superior Eleitoral que conta os votos, é uma empresa terceirizada. Eu acho que nem precisava continuar essa explanação aqui. Nós queremos obviamente, estamos lutando para apresentar uma saída para isso tudo. Nós queremos confiança e transparência no Sistema Eleitoral Brasileiro.

Aqui uma reunião com o ministro Fachin, com alguns dos senhores ou representantes alertando-os contra-acusações levianas. O que eu estou

falando aqui não tem nada de leviano. Esse inquérito, tem uma cópia comigo e quem porventura quiser ter acesso a ele eu forneço a cópia. Eu repito: não tem qualquer classificação sigilosa o que está dentro dele.

E aqui é o que eu já falei: ‘Fachin assina acordo do TSE com entidade estrangeira para observação das eleições’. Eu peço aos senhores, o que essas pessoas vêm fazer no Brasil? Vão vir observar o quê? Que o voto é totalmente informatizado vem da área de ilegalidade. Vem dizer que tudo ocorreu numa normalidade. Eu teria dezenas e dezenas de vídeos para passar para os senhores por ocasião das eleições de 2018 onde o eleitor ia votar e simplesmente não conseguia votar. Ou quando ele apertava o número 1, e depois ia apertar o número 7, aparecia o 3 e o voto ia para outro candidato. O contrário ninguém reclamou. Temos quase 100 vídeos de pessoas reclamando que foram votar em mim e, na verdade, o voto foi para outra pessoa, nenhum vídeo falando de outro candidato e porventura apareceu meu nome.

Nós queremos corrigir falhas. Nós queremos transparência. Nós queremos democracia de verdade. Agora, eu estou sendo acusado o tempo todo pelo Barroso, Fachin, Alexandre de Moraes, com uma pessoa que quer dar o golpe. Eu estou questionando antes porque temos tempo ainda de resolver esse problema. Com a própria participação das Forças Armadas que foram convidadas pelo Tribunal Superior Eleitoral. Os senhores devem estranhar: ‘O que as Forças Armadas estão fazendo no processo eleitoral?’. Nós fomos convidados. E eu sou o chefe supremo das Forças Armadas. Nós jamais com esse convite iríamos participar apenas para dar ares de legalidade. O Comando de Defesa Cibernética, que vocês devem ter equivalente nos países de vocês, é algo extremamente sério. Pessoas extremamente mais que habilitadas, confiáveis.

Depois de convidar as Forças Armadas, o trabalho das Forças Armadas junto com o comando de defesa cibernética, que é algo louvável, confiável e verdadeiro, o ministro Fachin disse que as sugestões da Forças Armadas serão avaliadas depois de 2022, todas sugestões apresentadas para as Forças Armadas podem ser cumpridas até 2 de outubro e, se tiver qualquer despesa extra, o Poder Executivo arranja recurso para tal. Sempre ouvimos, em especial da esquerda, que ‘democracia não tem preço’.

Por que uma declaração como essa? Será que já está antevendo que o candidato dele, que ele tornou elegível, vai ganhar as eleições? E o lado de cá teria uma reação? Que o resultado das eleições se cumpre. Nós estamos tentando antecipar um problema que interessa para todo mundo. O mundo todo quer estabilidade democrática no Brasil. Os senhores todos querem continuar

representando os seus países, porque o Brasil é um país que interessa para todo mundo. Nós alimentamos mais de 1 bilhão de pessoas pelo mundo com o nosso agronegócio. Repito: Temos negócios com o mundo todo, é um país fantástico. Tenho muito a falar sobre o Brasil. Vocês bem acompanham o que bem acontece aqui em nossa pátria. E nós, se o povo resolver voltar ao que era antes, paciência. Agora, em um sistema eleitoral como esse, que apenas 2 países o adotam, outros estudaram e abandonaram, outros fizeram uma outra eleição e desistiram. Nós não queremos isso para o Brasil. Nós não queremos que após as eleições um lado ou outro questione os resultados das eleições.

Como vocês viram no começo aqui, eu ando pelo Brasil todo. Sou muito bem recebido em qualquer lugar. Ando no meio do povo. O outro lado não. Sequer toma café ou almoça no restaurante do hotel. Come no seu quarto. Porque não tem aceitação. Agora, pessoas que devem favores a ele, não querem um sistema eleitoral transparente. Pregam o tempo todo que imediatamente após anunciar o resultado das eleições, os respectivos chefes de estado dos senhores devem reconhecer imediatamente o resultado das eleições.

Depois das Forças Armadas serem convidadas para participar da Comissão da Transparência Eleitoral, o Fachin, quem tornou o Lula elegível, disse que quem trata das eleições do Brasil são as ‘forças desarmadas’. Então, por que nos convidaram? Achavam que iam dominar as Forças Armadas? Será que se esqueceram que eu sou o chefe supremo das Forças Armadas? Será que esqueceram da responsabilidade das nossas Forças Armadas, que goza de um conceito excepcional perante a opinião pública? Jamais as Forças Armadas participariam de uma farsa. Jamais seriam moldura de uma fotografia. E olha uma coisa inacreditável. O que que o Fachin disse, o homem que tornou Lula elegível: ‘sempre foi advogado do MST’, grupo terrorista que até pouco tempo atrás era bastante ativo no Brasil, ‘A auditoria não é instrumento para rejeitar resultado das eleições’.

Para que serve a auditoria? Eu tenho vergonha de falar isso para vocês. Eu tenho vergonha de estar falando. Eu sou obrigado a conversar com os senhores. Agradeço a presença e penhoradamente. E sei que os senhores todos querem a estabilidade democrática em nosso país. E ela só será conseguida por eleições transparentes, confiáveis.

O ministro Alexandre de Moraes: ‘Manda quem prender quem disseminar as fake news nas eleições de 2022’. Que que é fake news? É o que eles acham que é a fake news. Como já aconteceu comigo, botaram uma página minha de revista uma matéria de uma revista falando sobre AIDS e vírus covid e ele

achou que aquilo é fake news e está aí processando. Eu não sei onde ele acha que ele pode parar. Nós temos a paz, tranquilidade, o respeito que não tem da outra parte para conosco. Eu não sei o que faz uma pessoa agir dessa maneira. Quem escolhe as pessoas para dizer o que esse ou aquele candidato coloca em sua página, que é fake news ou não, é o próprio TSE, que desmonetiza a página, que derruba outras, que sugere prisões, que caça parlamentar por coisas que não tem tipificação na lei, como caçaram o deputado por fake news, que cria a própria jurisprudência de interesse deles mesmos para prejudicar o nosso lado.

[Reprodução de vídeo com declaração do Ministro Alexandre de Moraes]

Atentar contra as eleições, a democracia. Quem faz isso? O próprio TSE, ao esconder o inquérito de 2018. Não pode um magistrado ameaçar quem quer que seja. Quando ele diz que existe gabinete do ódio, que seria algo do meu governo, diz que tem um ministro que falou, mas não diz o nome do ministro, não apresenta uma só matéria que poderia ter sido produzida natal do gabinete do ódio. O que ele quer com isso? Para que tirar os ânimos entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo? E não é o comportamento de um magistrado, a ameaça. Se disse que existe gabinete do ódio, que apresente uma só matéria que poderia ter sido produzida por um gabinete vinculado ali na presidência da República. É lamentável esse comportamento ameaçando, quer amedrontar quem? Quer fazer valer esse processo eleitoral onde próprio TSE diz que ele é vulnerável? Onde a própria Polícia Federal disse com documentação do próprio TSE que aquilo é mais que um queijo suíço, é uma peneira. Porque eles convidam as Forças Armadas e depois não querem mais as nossas sugestões.

Jornal *O Estado de S.Paulo*: ‘Ministro do Supremo Tribunal Federal formam cela política para combater o governo Bolsonaro’. Quem diz não sou eu. Tem a própria imprensa, que sempre esteve ao lado deles, acaba deixando transparecer uma verdade cristalina. As ações contra o nosso governo são inúmeras. Eu recebo uma interferência por semana no meu governo. Você dá prazo para explicar por 48 horas porque que eu não porque não fiz isso, porque não fiz aquilo. E ajuizada por parlamentares de esquerda, de centro esquerda brasileiro, tentando o tempo todo desestabilizar o governo. Então, a presença dos senhores aqui, que eu agradeço mais uma vez, com qual intenção nossa? Nosso objetivo é transparência nas eleições. Quem ganhar, o outro lado tem que se conformar, estamos a 3 meses das eleições.

As propostas sugeridas pelas Forças Armadas praticamente estancam a possibilidade manipulação de números, como sugere o próprio TSE, por ocasião das eleições de 2018. Eu não quero falar do que eu acho que aconteceu. Eu estou simplesmente em cima dos autos. Estou me comportando aqui o outro magistrado deveria se comportar. Com esse inquérito, como eu convidei o presidente do TSE a comparecer a esse evento, não veio. Convidei o presidente de todos os poderes, né? Presente aqui o presidente do STM. Não compareceram, tudo bem. Agora, isso que está acontecendo é de interesse de todo o povo brasileiro.

A desconfiança do sistema eleitoral não tem lado. Nós não podemos enfrentar eleições a mando da desconfiança. Nós queremos ter a certeza de que quem eleitor votou, o voto vai exatamente para aquela pessoa. O próprio TSE diz que, em 2018, os números podem ter sido alterados. Os hackers tiveram acesso a uma dezena de senhas, por 8 meses. Eles não perceberam? 8 meses. 7 meses depois que a Polícia Federal pede os Logs, que são as impressões digitais da cena, do fato, 7 meses depois os Logs foram apagados. Poderiam ser entregues os lotes no mesmo dia, por iniciativa do próprio TSE, nem precisava ser provocado pela Polícia Federal. Em 7 meses depois, foram apagados.

O próprio ministro Barroso chama o chefe da TI e ele responde que os votos são contabilizados por uma empresa terceirizada. Que empresa é essa? Temos um nome? Sim, temos um nome. Mas cadê a confiança? Eleições são questões de segurança nacional. Nós não queremos instabilidade no Brasil. O Brasil está voando.

Nos comportamos muito bem durante a pandemia. Nos comunicamos e fazemos negócios com o mundo todo. Nos mantivemos em função de equilíbrio em situações complexas pelo mundo. Nós garantimos a segurança alimentar para mais de 20% da população mundial. Também a segurança energética, o Brasil desponta como um exemplo para o mundo.

O que nós queremos? Paz, tranquilidade. Agora, por que um grupo de 3 pessoas apenas querem trazer instabilidade para o nosso país? Não aceitam nada, as sugestões das Forças Armadas que foram convidadas, são perfeitas. Chega à perfeição absoluta? Talvez não. Que nem um sistema informatizado pode dar garantia de 100% de segurança. As Forças Armadas, a qual sou comandante, ninguém mais do que nós, queremos estabilidade em nosso país. E por que agem de maneira diferente? E nós vemos claramente, o ministro Fachin, que foi quem tornou o Lula elegível e agora é presidente do TSE. O ministro Barroso foi advogado do terrorista Battisti, que recebeu aqui o

acolhimento do presidente Lula em dezembro de 2010. O ministro Alexandre de Moraes advogou no passado a grupos que, se eu fosse advogado, não advogaria. É um direito dele advogar para quem quer que seja, mas eu não faria esse trabalho. Tem posição de um comportamento que não se adequa ao sistema democrático, uma ameaça. ‘Vou caçar o registro, vou prender. Quem duvidar eu prendo’. Olha, quem está duvidando do que está acontecendo, não sou eu. É o próprio Tribunal Superior Eleitoral que ele agora não quer deixar que se aperfeiçoe, que ele realmente mostre no dia 2 de outubro do corrente ano, os números reais das eleições pelo Brasil.

Então, o que eu tinha a falar aos senhores era isso. Eu vou pedir ao ministro Carlos França que o extrato disso chegue na embaixada dos senhores. Quem quiser o processo na íntegra, eu entrego também. Porque ele não tem qualquer grau de sigilo. Me sinto até envergonhado desse momento, dado o que está acontecendo em nosso país.

Isso que vocês ouviram aqui acontece no Brasil todo, como eu disse, o povo gosta da gente. Não pago um centavo para ninguém participar de absolutamente nada. É um povo que, cristão no Brasil, é um povo ordeiro, trabalhador, tem seus problemas, mas acima de tudo quer paz. Quer a segurança. E tem encontrado em mim isso daí. Diferentemente, do que algumas notícias de jornais transmitem, o que é natural, infelizmente, no mundo todo. Temos boa imprensa no Brasil também, mas o que ressalta aos olhos são as acusações.

Então, a gente lamenta o que vem acontecendo, vou convidar integrantes da Câmara, Senado, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas da União, do Tribunal Superior do Trabalho, a participar de conversas comigo sobre esse inquérito que, curiosamente, não foi fechado até o presente momento, para que nós possamos ter paz e tranquilidade e confiança por ocasião das eleições no corrente ano.

Muito obrigado a todos os senhores.

4. PUBLICAÇÕES EM REDES SOCIAIS

4.1. Posts no Instagram sobre a repatriação de brasileiros e estrangeiros que saíram da Ucrânia – março de 2022



A photograph showing a group of men in a formal meeting room. They are seated around a long wooden conference table, wearing face masks. In the background, there is a flag of Brazil and bookshelves filled with books. The caption and bio describe the arrival of Brazilian officials in Warsaw to assist in the repatriation of citizens from Ukraine.

itamaratygovbr 187 sem
Chegaram a Varsóvia, Polônia pt, 8 servidores do #Itamaraty, em uma força-tarefa para auxiliar no resgate e na #repatriação dos brasileiros que se encontrem em zonas de conflito na vizinha #Ucrânia ua.

Esta força-tarefa enviará destacamento a Lviv, na Ucrânia, onde será montado escritório de apoio aos brasileiros que estão tentando deixar o país.

Siga o #Itamaraty nas redes sociais,

itamaratygovbr Segundo ...



A photograph showing passengers boarding a KC-390 Millennium aircraft. One man in the foreground is wearing a mask and a dark jacket. The aircraft has "FORÇA AÉREA BRASILEIRA" and "80 ANOS" written on its side. The caption and bio describe the departure of the aircraft to rescue citizens from Ukraine.

itamaratygovbr 186 sem
Acaba de decolar o KC-390 Millennium da @fab_oficial , que resgatou quase 70 pessoas oriundas das zonas de conflito na #Ucrânia. O Ministro Carlos França acompanhou o embarque dos passageiros BR. @mindefesa @abccgovbr

Siga o #Itamaraty nas redes sociais, para acompanhar o dia a dia da força-tarefa de #repatriação. O #Itamaraty vai aonde os brasileiros mais precisam porque #ninguémficapatrás

Ainda não há nenhum comentário.

Inicie a conversa.

itamaratygovbr Segundo ...



4.2. Post no X sobre a chegada do KC-390 da Força Aérea Brasileira com ajuda humanitária para a Ucrânia – 9 de março de 2022

 Itamaraty Brasil   @ItamaratyGovBr

 [Translate post](#)

O Ministro Carlos França acompanhou hoje, no aeroporto de Varsóvia, a chegada do KC-390 da Força Aérea Brasileira, com 11,6t de ajuda humanitária para a Ucrânia. A doação  realizada pela Agência Brasileira de Cooperação, inclui purificadores de água, medicamentos e alimentos.

 Itamaraty Brasil   @ItamaratyGovBr · Mar 9, 2022

O Ministro Carlos França acompanhou também o embarque de cerca de 70 brasileiros, seus familiares ucranianos e cidadãos sul-americanos, retirados da Ucrânia.



Ministério da Defesa and 2 others

1 reply · 16 retweets · 101 likes

 Itamaraty Brasil   @ItamaratyGovBr · Mar 9, 2022

O Chanceler volta com eles ao Brasil no KC-390 da Força Aérea Brasileira. A chegada a Brasília está prevista para 10/3. 

8 replies · 58 retweets · 11 likes

4.3 Post no X sobre a doação humanitária ao Reino de Tonga - 18 de junho de 2022



Itamaraty Brasil
@ItamaratyGovBr

⋮

[Translate post](#)

O doou ao Reino de Tonga 25 purificadores de água, de tecnologia e produção 100% nacionais, equipados com painel solar, com capacidade conjunta para produzir 144 mil litros de água potável por dia, 100% livre de vírus e bactérias.



5:03 PM · Jun 18, 2022



Itamaraty Brasil @ItamaratyGovBr · Jun 18, 2022

A cerimônia da doação humanitária brasileira ocorreu ontem com a presença da Chanceler de Tonga, Fekita 'Utoikamanu, em Auckland, Nova Zelândia. A doação responde ao apelo de Tonga por ajuda internacional diante dos efeitos de erupção de vulcão subaquático e tsunami naquele país.



1

5

43



Itamaraty Brasil @ItamaratyGovBr · Jun 18, 2022

A doação seguirá em voo para a capital tonganesa, Nuku'Alofa, em 23/6. As cinzas vulcânicas e as águas salinas do tsunami contaminaram fontes de água potável em . O acesso a água potável é tema da mais alta prioridade nos países insulares do Pacífico.

1

8

60



Itamaraty Brasil @ItamaratyGovBr · Jun 18, 2022

A doação humanitária do a foi coordenada pela [@ABCgovBr](#) e contou com o apoio do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos ([@UNOPS](#)) e da Embaixada do Brasil em Wellington [@BrazilinNZ](#). #cooperaçãohumanitária

0

8

57

